

# RELATÓRIO E CONTAS

**2021**



COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

Porto Moniz

São  
Vicente

Calheta



**COMPANHIA DOS CARROS  
DE SÃO GONÇALO, S.A.**

Ponta  
do Sol

Ribeira  
Brava

Câmara  
de Lobos

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (CCSG)

Fundoa de Baixo | 9020-242 Funchal

Telefone: 291 705 555

Fax: 291 705 557

E-mail: [geral@horariosdofunchal.pt](mailto:geral@horariosdofunchal.pt)

Website: [www.horariosdofunchal.pt](http://www.horariosdofunchal.pt)

Capital Social: EUR 5.000.000,00

NIPC e Matrícula: 511 007 116

Conservatória do Registo Comercial do Funchal

# RELATÓRIO E CONTAS

2021



# ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	11
AGRADECIMENTOS.....	14
NOTA DE ABERTURA.....	15
APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO.....	16
Órgãos Sociais.....	17
Missão, Visão e Valores .....	18
Inovação .....	18
Responsabilidade Social .....	18
Objetivo Estratégico .....	19
Princípios e Valores .....	19
Deveres e obrigações dos passageiros .....	19
Direitos dos passageiros .....	21
INDICADORES RELEVANTES E ECONÓMICOS .....	22
01 RELATÓRIO DE GESTÃO .....	26
02 EXPLORAÇÃO .....	30
2.1 Oferta.....	32
2.1.1 Serviço Interurbano .....	32
2.1.2 Serviço de Alugueres .....	32
2.2 Procura.....	33
2.2.1 Serviço Interurbano .....	33
2.1.2 Serviço de Alugueres .....	34
2.3 Fiscalização .....	35
03 RECURSOS HUMANOS .....	36
3.1 Efetivo.....	38
3.2 Caracterização dos Recursos Humanos.....	38
3.3 Gastos com o Pessoal .....	39
3.4 Trabalho Suplementar .....	39
3.5 Absentismo .....	39
3.6 Formação Profissional .....	40

3.7	Acidentes de Trabalho .....	40
3.8	Posto Clínico .....	41
3.9	Sinistralidade .....	41
04	MANUTENÇÃO.....	42
4.1	Frota.....	44
4.2	Taxa de Imobilização .....	44
4.3	Custo de Manutenção .....	45
4.4	Consumo de Gasóleo .....	45
05	ENGENHARIA E PRODUÇÃO.....	46
5.1	Lavagem de Viaturas.....	48
5.2	Emissão de CO2 .....	48
06	LOGÍSTICA .....	50
07	COMERCIAL.....	54
7.1	Receitas do Serviço Interurbano .....	56
7.2	Campanhas, Eventos e Promoção .....	57
08	TECNOLOGIA.....	58
8.1	Desenvolvimento e Manutenção de Software .....	60
8.2	Alojamento e Administração de Sistemas .....	60
8.3	Suporte Técnico .....	60
8.4	Assistência SAEIP e Bilhética.....	61
10	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	62
9.1	Resultados .....	64
9.2	Rendimentos e ganhos .....	64
9.3	Gastos e perdas .....	65
9.4	Estrutura do Balanço .....	66
9.5	Dívidas Comercial e Financeira .....	67
9.6	Prazo médio de pagamentos .....	67
9.7	Eficiência Operacional .....	67
	PERSPETIVAS FUTURAS.....	68
	RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO .....	69
	PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	70

CONTAS DO EXERCÍCIO.....	72
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	79

## ANEXOS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores Operacionais.....	24
Quadro 2 - Estrutura Patrimonial .....	24
Quadro 3 - Indicadores Financeiros.....	24
Quadro 4 - Oferta Serviço Interurbano .....	32
Quadro 5 - Oferta Serviço de Alugueres.....	33
Quadro 6 - Procura Serviço Interurbano .....	33
Quadro 7 - Procura Serviço de Alugueres.....	34
Quadro 8 - Fiscalização.....	35
Quadro 9 - Efetivo.....	38
Quadro 10 - Gastos com o Pessoal .....	39
Quadro 11 - Trabalho Suplementar.....	39
Quadro 12 - Absentismo.....	39
Quadro 13 - Formação Profissional .....	40
Quadro 14 - Acidentes de Trabalho.....	41
Quadro 15 - Posto Clínico .....	41
Quadro 16 - Sinistralidade .....	41
Quadro 17 - Frota .....	44
Quadro 18 - Custos de Manutenção.....	45
Quadro 19 - Lavagem de Viaturas .....	48
Quadro 20 - Emissões de CO <sub>2</sub> .....	48
Quadro 21 - Receita Serviço Interurbano .....	56
Quadro 22 - Assistência SAEIP e Bilhética .....	61
Quadro 23 - Resultados .....	64
Quadro 24 - Resultados por serviço .....	64
Quadro 25 - Rendimentos e Ganhos .....	65
Quadro 26 - Rendimentos e Ganhos por serviço .....	65
Quadro 27 - Gastos e Perdas .....	65
Quadro 28 - Gastos e Perdas por serviço .....	66
Quadro 29 - Estrutura do Balanço .....	66

Quadro 30 - Dívidas Comercial e Financeira.....	67
Quadro 31 - Prazo médio de pagamentos.....	67
Quadro 32 - Eficiência Operacional.....	67

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Passageiros Transportados Serviço Interurbano .....	33
Gráfico 2 - Passageiros Transportados Serviço de Alugueres .....	34
Gráfico 3 - Indicadores Demográficos - Idade (esquerda), Antiguidade (meio) e Escolaridade (direita).....	38
Gráfico 4 - Classificação do Absentismo.....	40
Gráfico 5 - Taxa de Imobilização (%).....	44
Gráfico 6 - Consumo de Gasóleo (L/100km).....	45
Gráfico 7 - Títulos de Transporte Vendidos.....	56
Gráfico 8 - Suporte Técnico .....	60



## GLOSSÁRIO

**ATP:** Amigo do Transporte Público

**CA:** Conselho de Administração

**CAM:** Certificado de Aptidão de Motorista

**CAP:** Certidão de Aptidão de Motoristas

**CCP:** Código dos Contratos Públicos

**CCSG:** Companhia dos Carros de São Gonçalo

**CNQ :** Catálogo Nacional de Qualificações

**DGS:** Direção Geral de Saúde

**DRETT:** Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres

**EEM:** Empresa de Eletricidade da Madeira

**EBITDA:** Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

**HF:** Horários do Funchal

**LKO:** Lugares/quilómetro, oferecidos

**p.p.:** Pontos Percentuais

**PMR:** Pessoas Mobilidade Reduzida

**PT:** Passageiros transportados

**PIB:** Produto Interno Bruto

**PKT:** Passageiro/quilómetro transportado

**TO:** Taxa de ocupação

**PM:** Percurso médio (km)

**RARE:** Regulamento de Aquisições de bens e serviços e de realização de empreitadas

**SAEIP:** Sistema de Apoio à Exploração e Informação ao Público

**STRAMM:** Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e Atividades Metalúrgicas da Região Autónoma da Madeira

**SNM:** Sindicato Nacional dos Motoristas

**VAB:** Valor Acrescentado bruto

**SVAC:** Serviço de vendas e atendimento ao cliente

**Veículo km:** Total de quilómetros percorridos

**Turnover:** Taxa de Rotatividade

**Lay-Off:** Suspensão temporária do contrato de trabalho

**Busdoor:** Publicidade em autocarros

**Passivo Remunerado:** Financiamentos Obtidos Correntes + Financiamentos obtidos não correntes

**Autonomia Financeira:** Capital Próprio/Ativo Total

**Solvabilidade:** Capital Próprio/ Passivo Total

**Liquidez Geral:** Ativo Corrente / Passivo Corrente

**Capacidade de Endividamento:** Capital Próprio / Capital Permanente

**Volume de Negócios:** Vendas + Serviços Prestados

**Rendimentos Operacionais:** Vendas e Serviços Prestados + Subsídios à Exploração + Variação nos Inventários da Produção + Trabalhos para a Própria Entidade + Outros Rendimentos e Ganhos

**Gastos Operacionais:** Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas + Fornecimentos e Serviços Externos + Gastos com o Pessoal + Gastos de Depreciação e Amortização + Outros Gastos e Perdas

**Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais:** Rendimentos Operacionais/Gastos Operacionais

**Gastos Operacionais por Passageiro Transportado:** Gastos Operacionais/PT

**Rendimentos Operacionais por Passageiro Transportado:** Rendimentos Operacionais/PT

**Gastos Operacionais por km percorrido:** Gastos Operacionais/Km percorrido

**Rendimentos Operacionais por km percorrido:** Rendimentos Operacionais/Km percorrido

**Resultado líquido por Passageiro Transportado:** Resultado líquido/PT

**Resultado líquido por Km Percorrido:** Resultado líquido/Km percorridos

## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



**Presidente**  
Dr. Alejandro M. G. Gonçalves



**Vogal**  
Eng.ª Susana Pinto Correia



**Vogal**  
Eng. Duarte de Faria Sousa

Infelizmente, as previsões vertidas no Relatório & Contas de 2020 estavam certas. O início de 2021 foi um pouco ambíguo, pois, se por um lado, chegaram 7.950 vacinas para serem já administradas à população, por outro, o combate à pandemia teve novamente de ser mais rigoroso, dado que com o agravar do panorama epidemiológico, a partir do mês de janeiro, fruto das celebrações da época festiva que abrange o Natal e o Fim de Ano, o Governo Regional da Madeira promoveu ações e medidas para fazer face à pandemia e mitigar uma possível transmissão comunitária. No leque das medidas tomadas, destacam-se três, que influenciaram de forma direta a exploração dos serviços da CCSG:

- Recolher obrigatório:
  - Durante os dias da semana: entre as 19h e as 05h do dia seguinte;
  - Sábados, domingos e feriados: entre as 18h e as 05h do dia seguinte.
- Encerramento da atividade de natureza industrial, comercial e de serviços:
  - Durante os dias da semana: até às 18h;
  - Sábados, domingos e feriados: até às 17.
- Transporte público de passageiros:
  - Lotação permitida de 2/3 da capacidade máxima.

Estas medidas, indispensáveis para todos nós, afetaram novamente a nossa operação, pois contribuíram para a redução do número de passageiros e, por arrastamento, dos indicadores financeiros. Mesmo neste cenário desfavorável, ainda, assistiu-se, em 2021, a uma ligeira retoma.

Não podemos deixar de realçar a extensão das medidas do Governo Regional para apoiar, quer a população quer as empresas, nomeadamente:

- Fundo de Emergência para Apoio Social (FEAS), no montante de 5 milhões de euros, reforçado com mais 5 milhões;
- Social Ajuda+: 1,86 milhões de euros para o Fundo de Apoio à Economia Social, reforçado com mais 2,5 milhões de euros;
- Fundo de Apoio Regional a Organizações Locais (FAROL): 500 mil euros, reforçado com mais 1 milhão de euros;
- Alargamento do período de duração dos programas de estágio e reforço de aprovações: 13,4 milhões de euros;
- Programa de apoio ao reforço de equipas sociais e de saúde PARESS (II) com vigência até 31 de agosto de 2021. Montante: 1,1 milhões de euros;
- Antecipação de pagamentos de incentivos à contratação de desempregados. Montante pago com antecipação em 2020: 2,3 milhões de euros. Mantêm-se em vigor para postos criados até 31 de julho de 2021;
- Reforço do valor dos apoios à contratação (+55%) para postos criados até 31 de julho de 2021, passando a estar associados à Remuneração Mínima Garantida na Região (€682), em vez do indexante dos apoios sociais (€438,81);
- Reforço de aprovações de programas de ocupação de desempregados em 2020 e 2021: 14,6 milhões de euros;
- Aumento das comparticipações públicas nos programas de estágio em entidades privadas iniciados em 2020 e 2021: 2,8 milhões de euros;
- Qualificar+ para Empregar (Novo Programa de Emprego). Montante: apoio de 1,4 milhões de euros à qualificação de cidadãos desempregados;
- APOIAR.PT\_MADEIRA (em preparação) Linha de apoio à tesouraria o pagamento de rendas não habitacionais das empresas que atuem em setores particularmente afetados, no valor de 22 milhões, assegurada a 100% por verbas do REACT-EU/FEDER;

Por sua vez, o Conselho de Administração da Horários do Funchal, S.A, acionista maioritário da Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A, continuou durante o ano de 2021 a tomar medidas, com custos financeiros relevantes para as duas empresas, no sentido de proteger os seus colaboradores e os seus clientes, em consonância com as medidas emanadas pelo Governo Regional, nomeadamente:

- Testes à Covid realizados nas instalações: 500;
- Máscaras entregues: 268.360;
- Litros de álcool gel disponibilizados individualmente e nos espaços comuns: 5.560;
- Desinfeções por nebulização nos espaços comuns: 390;
- Autocarros desinfectados por nebulização: 14.525;
- Atualização do Plano de Contingência Interno para infeções emergentes: Covid-19.

A resiliência de todos, continuou a ser a nota mais importante de 2021, pois só assim, com alguns constrangimentos financeiros, é que continuamos onde estamos, apesar dos resultados negativos, mas com uma visão colaborativa de criação de valor para o nosso cliente final.

Em termos financeiros, e apesar do ténue aumento do volume de negócios, quando comparado com 2020, o impacto no EBITDA foi negativo, devido aos custos assumidos com a pandemia, apesar de já se ter notado uma

ligeira recuperação macroeconómica a partir do 3º trimestre de 2021, pois a vacinação estava a avançar a bom ritmo.

É também preciso relembrar, a publicação no JORAM, série I, de 30 de julho de 2021, as **Resoluções nº 101/2021 de 11 de fevereiro, referente ao 5º aditamento**, ao “Contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na RAM”, celebrado em 30 de outubro de 2017, entre a Região Autónoma da Madeira e a empresa Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., e a **Resolução nº 688/2021 referente ao 6.º aditamento** ao “Contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na RAM”.

Assim como, a **Portaria nº 431/2021** de 30 de julho, a autorizar a redistribuição e alteração dos encargos orçamentais referentes ao Contrato de prestação de serviço da CCSG.

Também, e, devido às medidas de mitigação acima mencionadas, o Serviço de Turismo, só a partir do 3º trimestre de 2021, é que teve uma ligeira recuperação quando comparado com o ano anterior, aumentando a partir de novembro, com a abertura dos Portos marítimos da RAM para os navios de cruzeiro.

Concluindo, não estando em questão a continuidade da empresa no próximo exercício, uma vez que se prevê a prorrogação da concessão até finais de 2022, atendendo que não concorreremos ao citado concurso e cuja previsão de entrega de propostas está previsto para março de 2022, existindo ainda um período de transição inicial de seis meses, a contar da data da obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas para que os novos operadores possam iniciar a exploração, é provável que no ano de 2023 sejam tomadas decisões que possam por em causa a continuidade das operações, mas que de momento não nos é possível determinar os moldes e as circunstâncias em que tal ocorrerá, sendo uma possibilidade, a incorporação na empresa-mãe, dos ativos e recursos humanos da CCSG, caso estes últimos o queiram, pois poderão optar por integrar a nova concessionária.

Encaramos o futuro com alguma expectativa devido ao acima exposto, mas seguros que tudo correrá pelo melhor, dado que, confiamos plenamente na capacidade de gestão, nas orientações do nosso acionista e estamos certos de que, em 2022, seremos capazes de continuar a satisfazer as necessidades dos nossos clientes, mitigando os constrangimentos causados pela pandemia, continuando a criar valor para todos os envolvidos.

Por último, como não podia deixar de ser, queremos agradecer o empenho e a dedicação da nossa Tutela, Secretaria Regional da Economia, liderada pelo Ex. Sr. Secretário Dr.º Rui Barreto, do nosso acionista, Governo Regional da Madeira, aqui representado pelo Secretário das Finanças, Ex. Sr.º Dr.º Rogério Gouveia.

## AGRADECIMENTOS

O decorrer da atividade da CCSG no exercício de 2021 só foi possível, graças à pronta colaboração de diversas entidades e pessoas, às quais não poderíamos deixar de agradecer.

Entende o Conselho de Administração mencionar de forma particular:

- Os colaboradores da Companhia de Carros de São Gonçalo S.A., pelo esforço, empenho e dedicação no cumprimento dos objetivos propostos;
- Os nossos clientes sem exceção;
- Os nossos fornecedores e prestadores de serviços;
- O nosso Revisor Oficial de Contas, pela cooperação no acompanhamento da atividade da empresa;
- As entidades públicas e instituições financeiras com quem trabalhamos, pela confiança e apoio demonstrados;
- À Horários do Funchal – Transportes Públicos S.A, nossa acionista, à Secretaria Regional da Economia da Madeira, à Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres, à Secretaria Regional das Finanças e à Presidência do Governo Regional da Madeira, que nos ajudou no cumprimento dos objetivos e consolidação do plano de negócios e investimentos nos seus diversos aspetos.

A todas as pessoas, o nosso **muito obrigado**.

## NOTA DE ABERTURA

O ano de 2021, iniciou-se com um misto de emoções, com medidas mais rigorosas por parte do Governo Regional da Madeira, por um lado, e por outro, com a chegada das primeiras vacinas, que deram início ao Plano de vacinação da população.

A rede interurbana da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., de há uns anos a esta parte, vem apresentando reduções em diversos indicadores, quer de exploração quer financeiros, devido à quebra da procura nas zonas geográficas abrangidas pela empresa, devido a uma série de fatores, nomeadamente, emigração, desemprego, entre outros.

Infelizmente, nem a implementação do PARTRAM, Programa de Apoio à Redução Tarifária da Região Autónoma da Madeira nos transportes públicos, por via do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2019, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 26/2018/M, de 31 de dezembro, que estabeleceu, no seu artigo n.º 62º, que se consubstancia, em termos gerais, na imposição de um limite de 40 euros para os passes sociais interurbanos e gratuidade para crianças até aos 12 anos, impactou positivamente na procura.

Todos estes fatores estruturais aliados ao aparecimento da Covid-19, obrigou a empresa mãe a tomar medidas de gestão extraordinárias, como forma de mitigar todos estes impactos. Uma das medidas tomadas, importante para a empresa, foi a assinatura do 5.º Aditamento ao Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região Autónoma da Madeira, com o GRM, no dia 10 de março de 2021, de modo a evitar roturas na prestação do serviço público de transporte de passageiros às populações, salvaguardando a sua continuidade, o qual alterou o Anexo V do Contrato, onde está refletido alguns ajustamentos nos pagamentos das indemnizações compensatórias, ou seja, houve um adiantamento de 50% no pagamento das IC's de outubro, novembro e dezembro, para serem pagos nos meses de fevereiro, março e abril.

No início do ano, foi também recebido o subsídio vertido no Contrato Programa estabelecido com a Região Autónoma da Madeira para a atribuição de apoio no âmbito da quebra de receitas e aumento da despesa, resultantes dos efeitos decorrentes da pandemia Covid-19, no montante de 446.374,24 euros.

## APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., seguidamente referida por CCSG, é uma sociedade comercial por ações de natureza privada, de capitais públicos, tem como atividade o transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana e no aluguer de autocarros com condutor, principalmente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal-Transportes Públicos, S.A. (HF). Esta sociedade, comercial por ações, igualmente de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 euros.





**Órgãos Sociais****ORGÃOS SOCIAIS****MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Presidente	António José Jardim Faria
Secretário	António Manuel Pita Rentróia
Secretário	Gabriel de Lima Farinha

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente	Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves
Vogal	Susana Maria Florença Pinto Correia
Vogal	Duarte Leovigildo de Faria Sousa

**FISCAL ÚNICO**

BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representado por Dr. <sup>o</sup> António José Correia de Pina Fonseca ROC n.º 949



## Missão

“Prestar o melhor serviço de mobilidade às pessoas, com qualidade e pontualidade, na sua área de atuação”



## Visão

“Ser a melhor empresa de transportes públicos interurbanos de passageiros do País na Mobilidade, na Rentabilidade e nos Recursos Humanos.”



## Valores

Criar um ambiente de valorização e desenvolvimento profissional, onde a cada colaborador lhe seja dado a oportunidade de explorar a sua criatividade e experiência pessoal, com o objetivo de criar valor às atividades do dia-a-dia, contribuindo assim para a melhoria contínua dos processos de inovação da CCSG

### Inovação

Agir com iniciativa e inovação para acrescentar valor aos serviços de transporte público coletivo de passageiros de âmbito local e regional, afirmando-se como alternativa ao transporte individual.

Incentivar a procura e partilhar o conhecimento, com o objetivo de desenvolver soluções que envolvam a experiência e resultados na área da mobilidade, tanto tecnologicamente como a nível organizacional.

Participação ativa de todos com quem trabalhamos, nos projetos de investigação e desenvolvimento, nas áreas das tecnologias de informação, em iniciativas nacionais e internacionais e que para isso, contamos com o conhecimento e experiência de mais de 30 anos dos nossos colaboradores altamente qualificados, de modo a permitir oferecer e adotar soluções à altura dos desafios impostos pelos nossos clientes.

### Responsabilidade Social

É preocupação da CCSG, incentivar e responder às necessidades em mobilidade, com cariz social, económico e ambiental, promovendo e protegendo o direito ao trabalho, quer em matéria profissional quer familiar. Defendendo a igualdade no trabalho e no emprego e garantindo o bem-estar dos seus colaboradores, tanto em direitos humanos como em igualdade de oportunidades.

Garantir a transparência, isenção e rigor nos negócios e na informação prestada a todos os intervenientes desde fornecedores, clientes, instituições financeiras e colaboradores.

Adotar e promover procedimentos ambientais, em todas as áreas onde somos socialmente responsáveis.

### Objetivo Estratégico

Mudar e melhorar os serviços, com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade da CCSG.

### Princípios e Valores

A CCSG tem como princípios da sua missão, o desenvolvimento sustentável, os valores e compromissos do Pacto Mundial das Nações Unidas, nomeadamente:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Conduta ética;
- Cumprimento da lei e da outra regulamentação aplicável à atividade;
- Respeito pelas convenções e declarações reconhecidas internacionalmente;
- Respeito pelas partes interessadas;
- Responsabilização;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Integração dos aspetos da responsabilidade social no sistema de gestão integrado;
- Atuação com transparência em todas as relações internas e externas.

A CCSG, na sua atividade, tem como valores:

- Excelência;
- Qualidade;
- Inovação;
- Rigor;
- Sustentabilidade.

Os valores pelos quais a Empresa se pauta, encontram-se consagrados no Código de Ética da empresa mãe, Horários do Funchal, S.A, constituindo uma referência fundamental para o desempenho da Empresa e dos seus colaboradores, bem como para o seu relacionamento social, institucional e ambiental.

### Deveres e obrigações dos passageiros

- 1) O acesso aos serviços de transporte rodoviário regular de passageiros implica o cumprimento por parte dos passageiros do disposto nas presentes Condições Gerais e na demais legislação aplicável.
- 2) Nos termos do número anterior, os passageiros estão impedidos, designadamente, de:
  - a) Viajar sem título de transporte válido;

- b) Recusar apresentar aos agentes de fiscalização ou aos motoristas o seu título de transporte, sempre que solicitado;
  - c) Utilizar título de transporte que não lhe pertença;
  - d) Entrar ou sair do autocarro fora das paragens;
  - e) Ocupar os lugares reservados a pessoas com mobilidade reduzida, grávidas e pessoas com crianças de colo, exceto se os mesmos não forem manifestamente necessários para o efeito;
  - f) Projetar para o exterior do veículo quaisquer objetos;
  - g) Subtrair, ou desviar os acessórios de segurança, como o martelo de emergência, cintos, autocolantes e outros, fixados na carroçaria, do fim a que se destinam;
  - h) Colocar nos locais, para tal reservados, volumes que, pelo seu conteúdo, natureza ou forma, possam cair ou perturbar os outros passageiros em caso de choque, paragem brusca ou outras causas;
  - i) Colocar volumes pesados ou sujos sobre os bancos ou apoiar os pés sobre os mesmos;
  - j) Desrespeitar a sinalética no interior do autocarro;
  - k) Desempenhar qualquer atividade, oferecer, ou promover, a prestação de qualquer serviço, próprio ou alheio, no interior dos autocarros, sem prévia autorização da CCSG;
  - l) Fazer peditórios, organizar coletas, recolher assinaturas ou realizar inquéritos sem autorização da CCSG;
  - m) Transportar animais de companhia ou de assistência em violação das condições estabelecidas na lei e nas presentes Condições Gerais;
  - n) Pendurar-se em qualquer dos acessórios do autocarro;
  - o) Proceder a qualquer espécie de publicidade e distribuir ou afixar cartazes, panfletos ou outras publicações sem autorização da CCSG;
  - p) Transportar armas, salvo se estiverem devidamente acondicionadas nos termos da legislação aplicável, ou tratando-se de agentes de autoridade;
  - q) Transportar matérias explosivas, incluindo material pirotécnico, substâncias facilmente inflamáveis, corrosivas ou radioativas;
  - r) Transportar volumes que, pela sua natureza, forma, dimensão ou cheiro, possam causar incómodo aos outros passageiros ou danificar o material circulante;
  - s) Utilizar aparelhos sonoros ou fazer barulho de forma a incomodar os outros passageiros;
  - t) Praticar atos ou proferir expressões que perturbem a boa ordem dos serviços ou incomodem os outros passageiros;
  - u) Entrar nos autocarros quando a lotação estiver esgotada;
  - v) Viajar em condições de manifesta falta de higiene ou sob influência do álcool ou substâncias psicotrópicas;
  - w) Fumar ou usar cigarros eletrónicos;
  - x) Ingerir bebidas e/ou consumir alimentos a bordo;
- 3) Os passageiros devem respeitar as instruções dadas pelos agentes de fiscalização ou pelo motorista, no âmbito do exercício das suas funções.
- 4) Os agentes da CCSG encarregues da fiscalização ou o motorista, podem recusar a admissão de passageiros nos serviços de transporte ou determinar a sua saída do autocarro, caso se verifique qualquer das situações elencadas na alínea 2) atrás descrita, e em caso de incumprimento dessa determinação, recorrer à força de segurança pública competente.

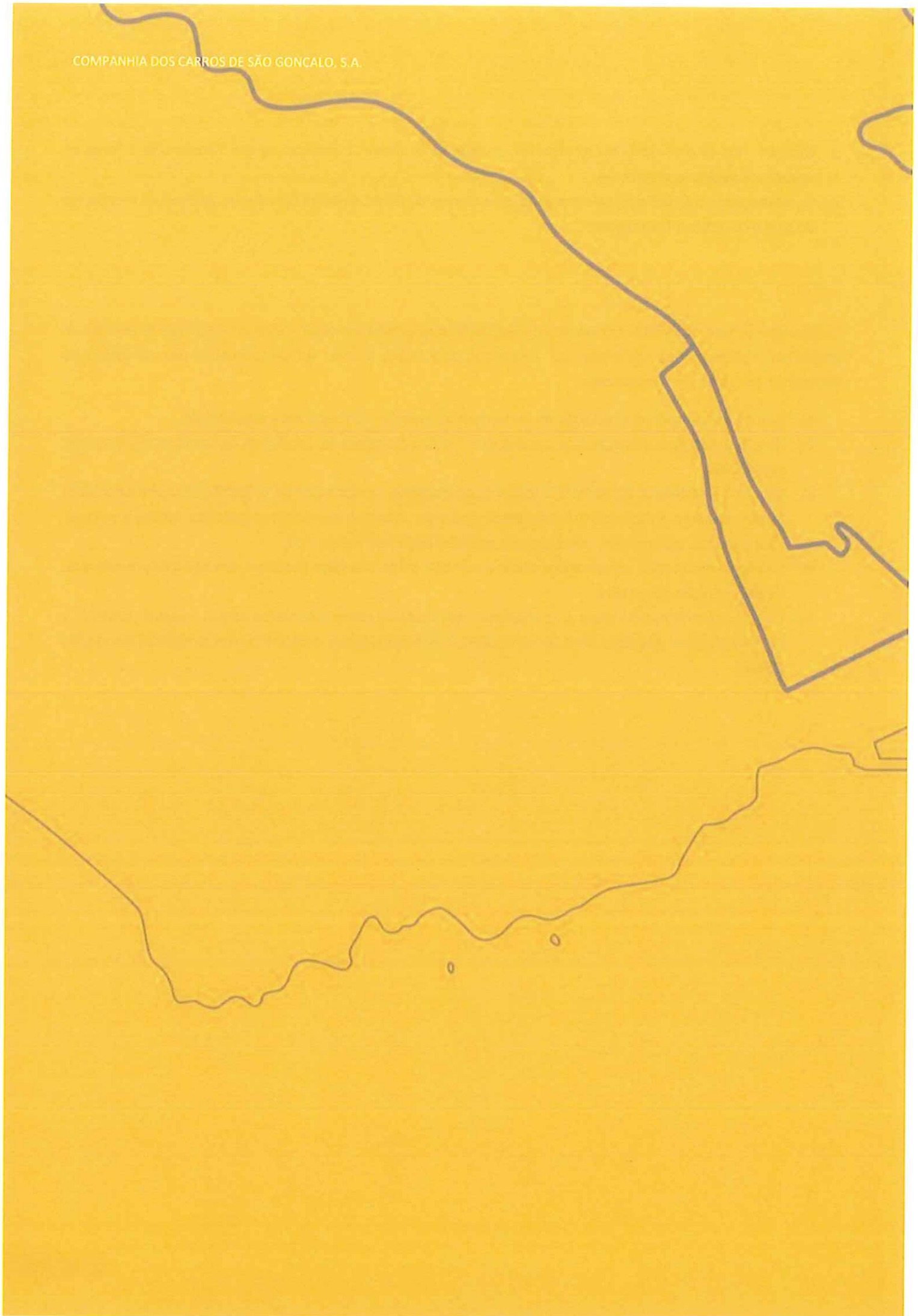
- 5) Quando, nos termos do número anterior, a atuação se dirigir a crianças deverá recorrer-se à força de segurança pública competente.
- 6) Os passageiros cuja saída seja determinada nos termos da alínea 4) 4 não têm direito a qualquer reembolso do preço do título de transporte.

### Direitos dos passageiros

Os passageiros têm os direitos constantes da legislação que estiver em vigor, cujos aspetos mais relevantes se encontram refletidos nos compromissos assumidos pela CCSG, através do cumprimento das condições de transporte em vigor, nomeadamente:

- a) Direito ao transporte: prestação do serviço de transporte com segurança e qualidade;
- b) Direito à não discriminação dos passageiros: no que se refere às condições de transporte oferecidas pela CCSG;
- c) Direito à assistência: assistência a todos os passageiros, sempre que tal se justifique, nomeadamente às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive as mulheres grávidas, idosos e pessoas com crianças, assim como, condições de acessibilidade nos autocarros;
- d) Direito à informação: informações claras e corretas sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço;
- e) Direito a reembolso do título de transporte: nos casos de cancelamento ou atraso à partida superior a 90 minutos, por questões imputáveis à CCSG, nos termos legais e definidos nas presentes Condições Gerais;

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONCALO, S.A.





INDICADORES  
RELEVANTES E  
ECONÓMICOS

**FUNCHAL**

## INDICADORES RELEVANTES

Quadro 1 - Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
					Absoluta	%
<b>EXPLORAÇÃO</b>						
N.º de Viaturas		77	80	88	- 3	- 3,8%
Passageiros Transportados		872.713	791.456	1.472.721	+ 81.257	+ 10,3%
Total de Km		1.570.746	1.443.256	1.720.109	+ 127.490	+ 8,8%
Total de Viagens + Serviços		57.330	52.976	59.580	+ 4.354	+ 8,2%
<b>RECURSOS HUMANOS</b>						
Exploração		63	64	67	- 1	- 1,6%
Administrativos		2	2	2	0	0,0%
N.º de Efetivos		65	66	69	- 1	- 1,5%
Efetivos / Viatura		0,84	0,83	0,78	+ 0,02	+ 2,3%

Quadro 2 - Estrutura Patrimonial

DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
					Absoluta	%
<b>ESTRUTURA PATRIMONIAL</b>						
Ativo não Corrente		1.756.619	1.927.456	2.000.463	- 170.837	- 8,9%
Ativo Corrente		1.265.275	1.317.664	1.311.079	- 52.389	- 4,0%
Total do Ativo		3.021.895	3.245.120	3.311.541	- 223.225	- 6,9%
Capital Próprio		-107.629	1.469.823	2.296.626	- 1.577.452	- 107,3%
Passivo não Corrente		0	0	0	0	n.a.
Passivo Corrente		3.129.524	1.775.297	1.014.915	+ 1.354.227	+ 76,3%
Total do Passivo		3.129.524	1.775.297	1.014.915	+ 1.354.227	+ 76,3%

Valores em euros.

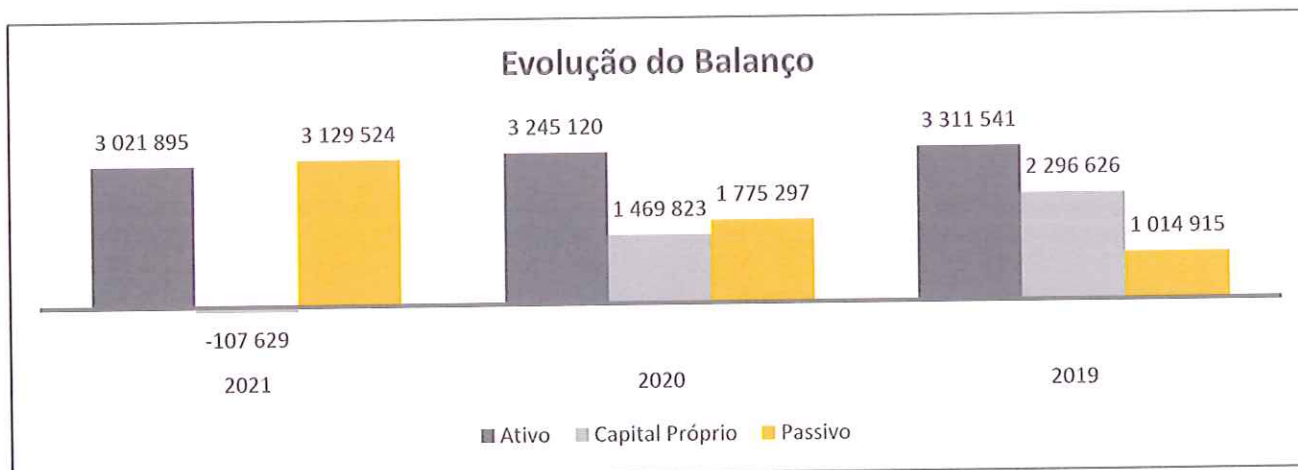
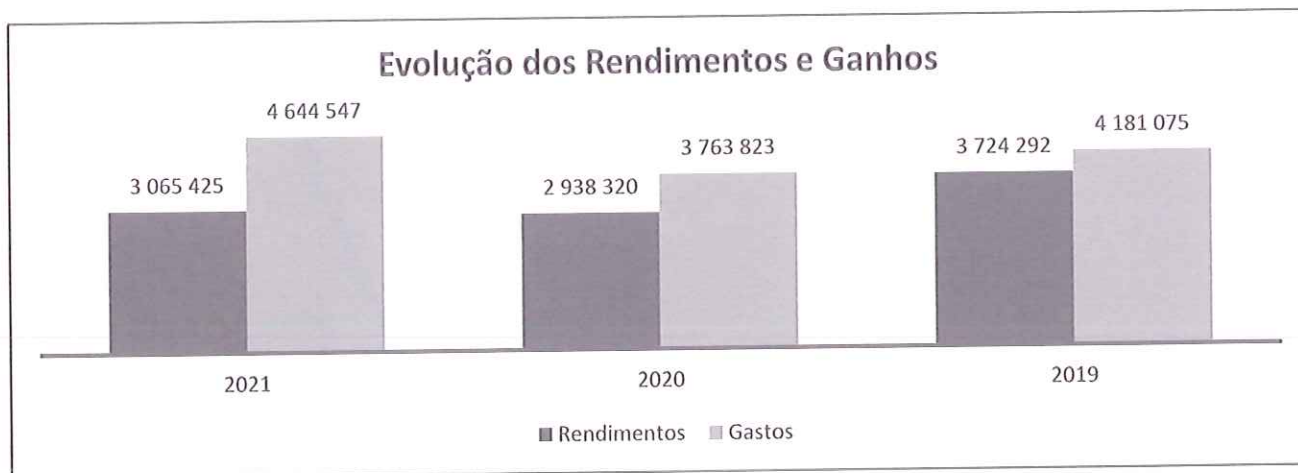
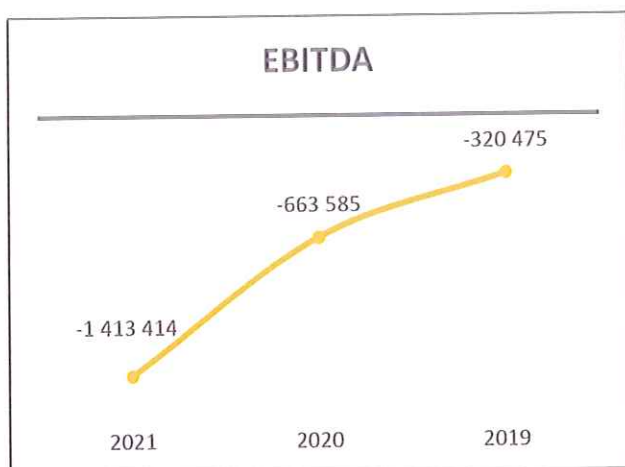
Quadro 3 - Indicadores Financeiros

DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
					Absoluta	%
<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>						
Volume de negócios		1.528.335	1.242.330	2.523.176	+ 286.005	+ 23,0%
Rendimentos operacionais		3.065.425	2.938.320	3.724.292	+ 127.105	+ 4,3%
Gastos Operacionais		4.644.547	3.763.823	4.181.075	+ 880.724	+ 23,4%
Taxa cobertura (%)		66,00	78,07	89,07	- 12,07 p.p.	- 15,5%
EBITDA		-1.413.414	-663.585	-320.475	- 749.829	- 113,0%
Resultado Líquido		-1.577.452	-826.804	-486.821	- 750.648	- 90,8%

Valores em euros.



# INDICADORES ECONÔMICOS





81

Curral das Freiras

# RELATÓRIO DE GESTÃO

**01**

## 01 RELATÓRIO DE GESTÃO

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vem o Conselho de Administração da sociedade Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (CCSG), submeter à acionista a apreciação e aprovação do Relatório e Contas respeitante à atividade desenvolvida no exercício findo, em 31 de dezembro de 2021.

### Enquadramento Económico-financeiro

Até ao terceiro trimestre do ano 2021, o mesmo, continuou condicionado pelas adversidades económicas, financeiras e sociais provocadas pela pandemia, mas revelando algumas melhorias nos indicadores macroeconómicos, quando comparado com 2020, dado que a vacinação teve o seu início em janeiro. No final do ano, a maioria da população já estava vacinada e muitos já tinham a dose de reforço.

O crescimento da atividade económica na Região, é evidenciada pelos aumentos verificados em grande parte dos indicadores económicos e traduzida igualmente pelo desempenho do Indicador Regional de Atividade Económica, que agora apresenta uma tendência de crescimento. Em termos de média anual, em 2021, a taxa de desemprego na RAM foi de 7,9%, valor inferior em 0,5 p.p. face ao ano anterior. Trata-se do segundo valor mais baixo da série (7,4% em 2019).

Isto só foi possível devido às grandes medidas de combate ao desemprego criadas e implementadas pelo Governo Regional da Madeira. Em 2021, a variação média registada pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) nos últimos doze meses, foi de 1,1%, superior ao registado no ano anterior, e inferior à média nacional onde o IPC registou uma taxa de variação média de 1,5%. No que diz respeito ao Turismo, sector core da RAM, em termos acumulados, o ano de 2021, o número de dormidas aumentou 81,4% face a 2020, mas ficaram abaixo do nível de 2019.

É preciso referir que o turismo de cruzeiro, em 2021, continuou muito condicionado, tendo aberto apenas no último trimestre do ano, com um total de 125 escalas de cruzeiros e um movimento de 117.289 passageiros. Números muito aquém de 2019, mas melhores que 2020.

### Atividade

A CCSG, em 2021, perante esta nova realidade económica, financeira e social da Região Autónoma da Madeira, derivada da pandemia, teve que ajustar a sua atividade, primeiro, com as medidas que eram emanadas pelo Governo Regional e, depois, com um plano estratégico de gestão, que permitisse o controlo e redução de custos. Toda a sua atividade teve que ser revista tanto nos gastos com a contratação de bens e serviços, nos gastos com o pessoal, bem como na gestão operacional da exploração dos seus serviços, adaptando a oferta à procura, com reforços da mesma de modo a cumprir com as medidas de mitigação da pandemia.

Outra das medidas vertidas no plano estratégico de gestão, por forma a equilibrar a tesouraria da empresa, foi o adiantamento do pagamento das Indemnizações Compensatórias dos meses de outubro, novembro e

dezembro, para os meses de maio, junho e julho, que resultou no 5º Aditamento ao Contrato de Serviço Público, como já acima referido.

No início do ano, foi recebido o subsídio vertido no Contrato Programa com a Região Autónoma da Madeira, para a atribuição de apoio no âmbito da quebra de receitas e aumento da despesa, resultantes dos efeitos decorrentes da pandemia Covid-19, no montante de €457.154,20.

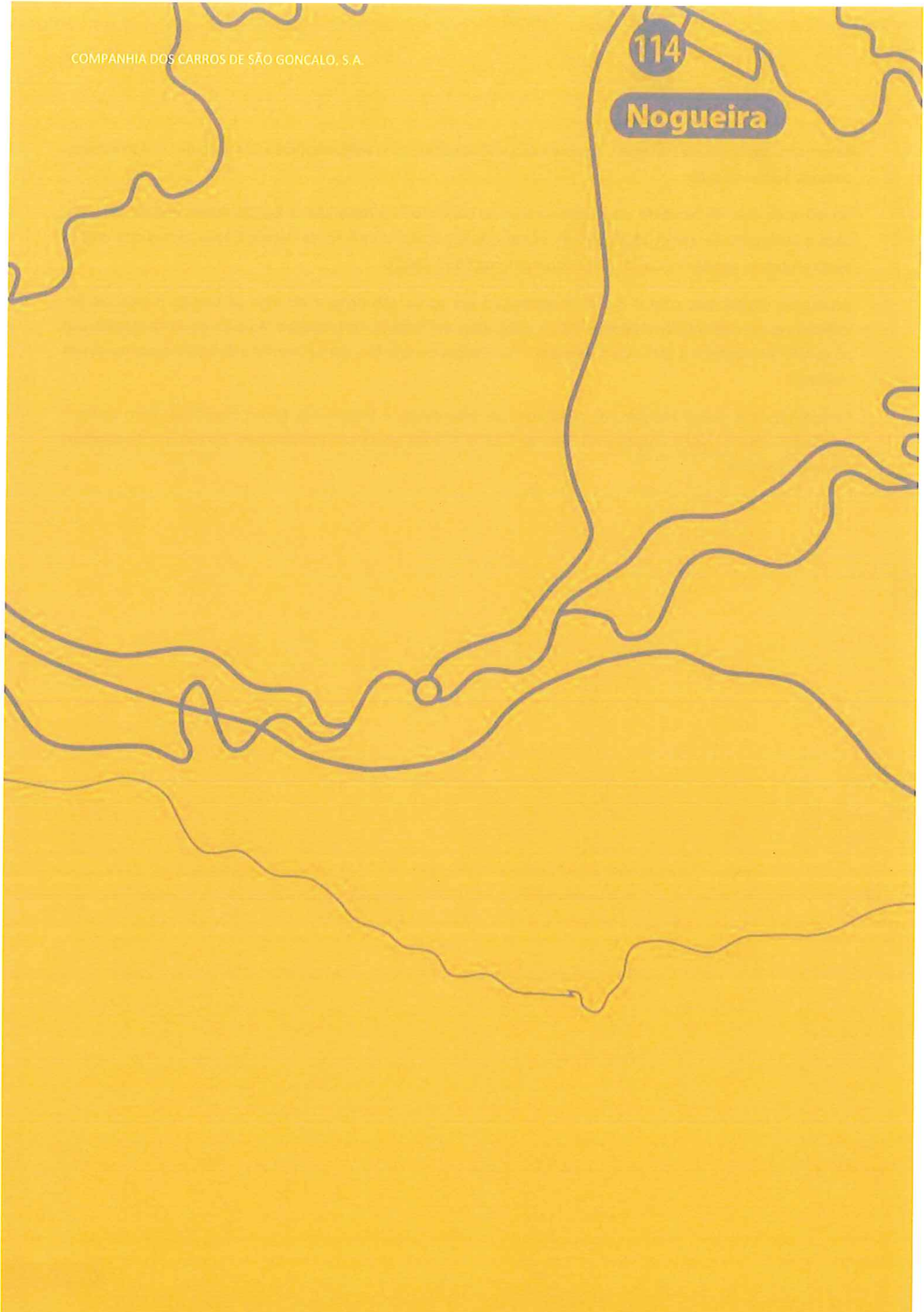
Temos de realçar que com o Plano de vacinação em curso, começou a verificar-se ténues melhorias dos indicadores de exploração, relativamente a 2020, que, entretanto, fortaleceram a partir do 3º trimestre, isto na rede interurbana, e a partir de novembro, nos serviços de turismo, com a abertura dos portos aos navios de cruzeiro.

Considerando o acima exposto, os resultados de exploração e financeiros foram negativos, bem como o Resultado Líquido, que é negativo no valor de €1.577.452,00, apesar de um aumento do volume de negócios na ordem de 23%.

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

114

Nogueira



# EXPLORAÇÃO

02

## 02 EXPLORAÇÃO

<b>872.713</b>	<b>57.330</b>	<b>1.570.746</b>
<b>Passageiros Transportados</b>	<b>Viagens e Serviços</b>	<b>Quilómetros Percorridos</b>
2020: ↑ 81.257 (+10,3%) 2019: ↓ 600.008 (-40,7%)	2020: ↑ 4.354 (+8,2%) 2019: ↓ 2.250 (-3,8%)	2020: ↑ 127.490 (+8,8%) 2019: ↓ 149.363 (-8,7%)

### 2.1 Oferta

#### 2.1.1 Serviço Interurbano

Considerando a evolução da pandemia ao longo do ano, verificou-se uma normalização da oferta do serviço regular. O número de viagens realizadas atingiu o número de 56.215, mais 4.192 viagens (+8,1%) que em 2020, e quase atingido o valor registado em 2019. Com o aumento da oferta, todos os indicadores variaram no mesmo sentido, percorrendo um total de 1.495.490 quilómetros, um aumento de 107.761 (+7,8%) face ao ano anterior.

Quadro 4 - Oferta Serviço Interurbano

OFERTA INTERURBANA	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Viagens Previstas [1]	56.764	52.670	56.335	+ 4.094	+ 7,8%
Viagens Realizadas [2]	56.215	52.023	56.308	+ 4.192	+ 8,1%
Taxa de Cumprimento [2]/[1] (%)	99,03	98,77	99,95	+ 0,26 p.p.	+ 0,3%
Viagens Pontuais [3]	56.212	52.012	56.301	+ 4.200	+ 8,1%
Taxa de Pontualidade [3]/[2] (%)	99,99	99,98	99,99	+ 0,01 p.p.	0,0%
Quilómetros úteis [4] (km)	1.367.281	1.276.373	1.374.152	+ 90.908	+ 7,1%
Quilómetros em vazio [5] (km)	128.209	111.356	129.165	+ 16.853	+ 15,1%
Total de quilómetros [6] (km)	1.495.490	1.387.729	1.503.317	+ 107.761	+ 7,8%
Quilómetros úteis [4]/[6] (%)	91,43	91,98	91,41	- 0,55 p.p.	- 0,6%
Quilómetros em vazio [5]/[6] (%)	8,57	8,02	8,59	+ 0,55 p.p.	+ 6,9%
Lotação Média	49	47	59	+ 2	+ 4,4%
LKO	67.063.365	59.989.531	81.074.997	+ 7.073.834	+ 11,8%

LKO - lugares por quilómetro oferecidos; p.p. - pontos percentuais.

#### 2.1.2 Serviço de Alugueres

A atividade comercial de aluguer de viaturas pesadas com condutor, foi a mais afetada pela pandemia devido à suspensão dos transportes no setor do turismo e das atividades e eventos coletivos de âmbito regional que foram cancelados.

Apesar de terem sido prestados mais 162 serviços (+17%) e todos os indicadores apresentarem uma ligeira melhoria, o serviço de alugueres ainda está muito aquém do período pré-pandemia.



Quadro 5 - Oferta Serviço de Alugueres

OFERTA ALUGUERES	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Serviços Realizados	1.115	953	3.272	+ 162	+ 17,0%
Quilómetros úteis [1] (km)	62.870	45.456	180.411	+ 17.414	+ 38,3%
Quilómetros em vazio [2] (km)	12.386	10.071	36.381	+ 2.315	+ 23,0%
Total de quilómetros [3] (km)	75.256	55.527	216.792	+ 19.729	+ 35,5%
Quilómetros úteis [1]/[3] (%)	83,54	81,86	83,22	+ 1,68 p.p.	+ 2,1%
Quilómetros em vazio [2]/[3] (%)	16,46	18,14	16,78	- 1,68 p.p.	- 9,3%
Lotação Média	47	38	50	+ 9	+ 23,4%
LKO	2.947.435	1.727.328	8.959.552	+ 1.220.107	+ 70,6%

LKO - lugares por quilómetro oferecidos; p.p. - pontos percentuais.

## 2.2 Procura

### 2.2.1 Serviço Interurbano

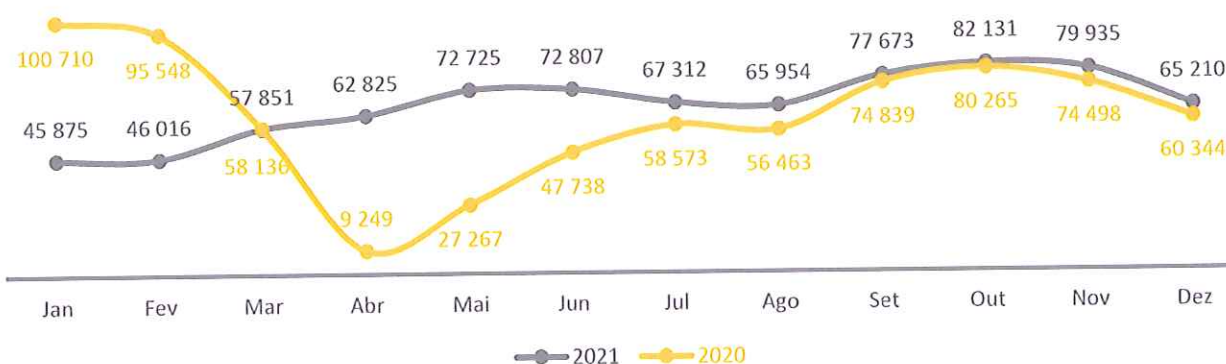
Do lado da procura, no serviço interurbano o número de passageiros transportados aumentou 7,1%. Como podemos verificar no gráfico em baixo, no segundo semestre, o número de passageiros transportados nos anos 2021 e 2020 está muito próximo, mas ainda longe dos números de 2019.

Quadro 6 - Procura Serviço Interurbano

PROCURA INTERURBANA	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Passageiros transportados	796.314	743.630	1.098.620	+ 52.684	+ 7,1%
Percurso médio p/ passageiro (km)	18,64	18,64	18,64	0,00	0,0%
PKT	14.843.293	13.861.263	20.478.277	+ 982.030	+ 7,1%
Taxa de ocupação (%)	22,13	23,11	25,26	- 0,98 p.p.	- 4,2%

PKT - passageiros por quilómetro transportados; p.p. - pontos percentuais.

Gráfico 1 - Passageiros Transportados Serviço Interurbano



## 2.1.2 Serviço de Alugueres

Relativamente ao serviço direcionado ao turismo, a procura evoluiu no mesmo sentido da oferta por serem altamente correlacionadas. Verificou-se um aumento de 59,7% no número de passageiros transportados, provocando um crescimento da receita para o valor de €211.285, mais €80.515 que em 2020 (+61,6%), menos do que um terço do valor registado em 2019.

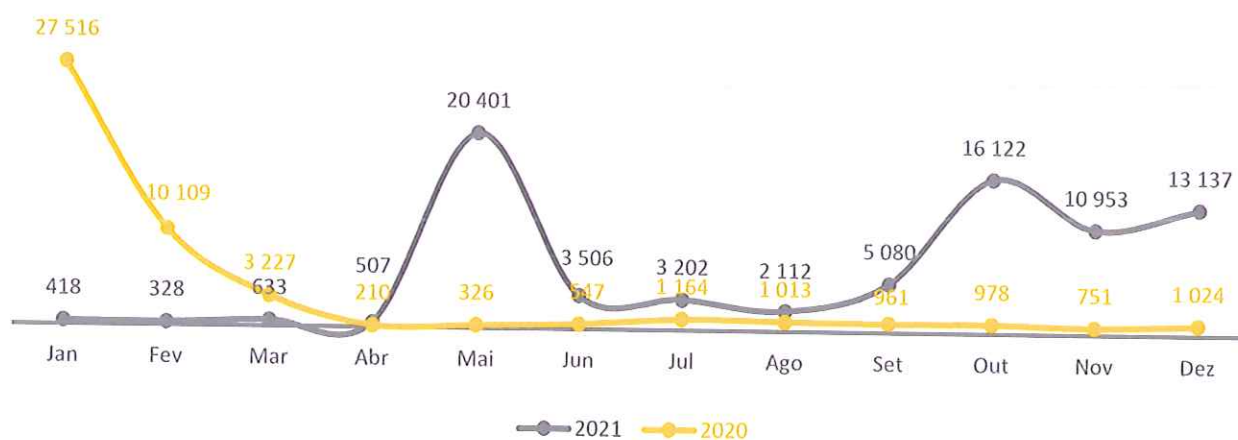
Quadro 7 - Procura Serviço de Alugueres

PROCURA ALUGUERES	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Passageiros transportados	76.399	47.826	374.101	+ 28.573	+ 59,7%
Percurso médio p/ passageiro (km)	26,64	28,70	19,66	-2,06	- 7,2%
PKT	2.035.168	1.372.770	7.354.158	+ 662.398	+ 48,3%
Taxa de ocupação (%)	69,05	79,47	82,08	- 10,42 p.p.	- 13,1%
Receita (€)	211.285	130.770	664.607	+ 80.515	+ 61,6%
Receita/Vkm (€)	2,81	2,36	3,07	+ 0,45	+ 19,1%

PKT - passageiros/quilómetro transportados; p.p. - pontos percentuais.

Ao contrário do serviço regular, no gráfico seguinte verifica-se uma tendência de melhoria a partir do mês de setembro, o que permite perspetivar que o ano de 2022 seja o início da recuperação deste serviço.

Gráfico 2 - Passageiros Transportados Serviço de Alugueres



## 2.3 Fiscalização

De modo a garantir um serviço seguro e fiável, foram mantidas as atividades de fiscalização no serviço interurbano, atividades estas que continuaram bastante afetadas pela pandemia.

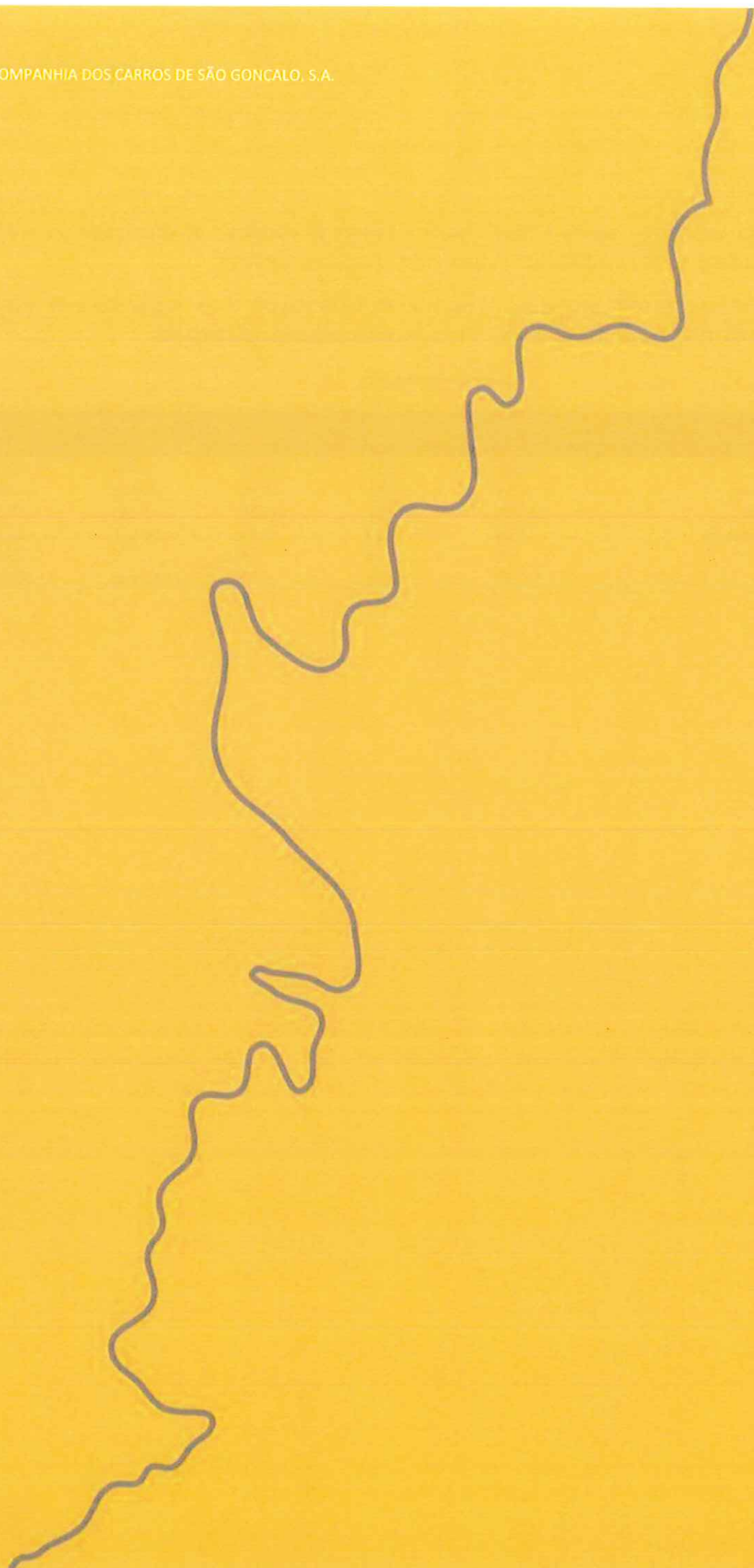
No total foram fiscalizados 28.999 passageiros, no decorrer de 3.618 viagens, o que representa uma taxa de fiscalização de 3,64% e 6,55% respetivamente. No total apenas foi detetada uma infração.

Quadro 8 - Fiscalização

FISCALIZAÇÃO	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Viagens Fiscalizadas	3.681	4.115	7.306	- 434	- 10,5%
% de Viagens Fiscalizadas	6,55	7,91	12,98	- 1,36 p.p.	- 17,2%
Passageiros Fiscalizados	28.999	34.240	64.258	- 5.241	- 15,3%
% de Passageiros Fiscalizados	3,64	4,60	5,85	- 0,96 p.p.	- 20,9%
Fraudes	1	4	4	- 3	- 75,0%
% de Fraudes	0,00	0,01	0,01	- 0,01 p.p.	- 100,0%

p.p. - pontos percentuais.

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONCALO, S/A.



# RECURSOS HUMANOS

03



## 03 RECURSOS HUMANOS

<b>65</b> <b>Colaboradores</b> 2020: ↓ 1 (-1,5%) 2019: ↓ 4 (-5,8%)	<b>1.572.901</b> <b>Gastos com o Pessoal (€)</b> 2020: ↑ 31.868 (+2,1%) 2019: ↓ 153.380 (-8,9%)	<b>8,26%</b> <b>Taxa de Absentismo</b> 2020: ↓ 0,16 p.p. (-1,9%) 2019: ↓ 1,75p.p. (-17,5%)
---	--	---

### 3.1 Efetivo

No final de 2021, a CCSG totalizava 65 colaboradores, menos 1 que no ano anterior, devido a uma saída por reforma de 1 motorista. Do total de colaboradores, o número de motoristas correspondia a 92% de todo o efetivo.

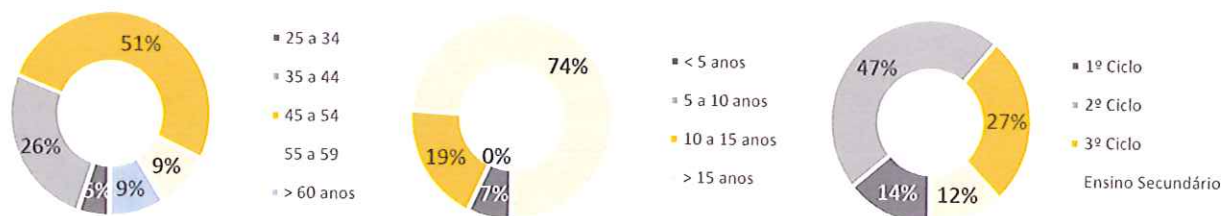
Quadro 9 - Efetivo

EFETIVO	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
<b>Administrativos</b>	2	2	2	0	0,0%
Chefias	1	1	1	0	0,0%
Outros	1	1	1	0	0,0%
<b>Exploração</b>	63	64	67	- 1	- 1,6%
Motoristas	60	61	64	- 1	- 1,6%
Formador	1	1	1	0	0,0%
Expedidor	2	2	2	0	0,0%
<b>Total</b>	65	66	69	- 1	- 1,5%

### 3.2 Caracterização dos Recursos Humanos

Relativamente à caracterização do efetivo, como podemos observar nos gráficos seguintes, verifica-se uma predominância na faixa etária dos 45 a 54 anos (51%). A maior parte dos colaboradores faz parte dos quadros da empresa há mais de 15 anos (74%), e cerca de metade (47%) tem apenas o 2º ciclo de escolaridade.

Gráfico 3 - Indicadores Demográficos - Idade (esquerda), Antiguidade (meio) e Escolaridade (direita)



### 3.3 Gastos com o Pessoal

Nos Gastos com o Pessoal, verificou-se um ligeiro aumento, mais €31.868 (+2,1%) que em 2020, que se justifica, em grande parte, ao aumento do trabalho suplementar decorrente da normalização da oferta dos serviços prestados.

Quadro 10 - Gastos com o Pessoal

GASTOS COM O PESSOAL	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Vencimento base	656.227	666.714	645.425	- 10.487	- 1,6%
Horas extras	118.157	82.599	241.911	+ 35.558	+ 43,0%
Outros abonos	798.517	791.720	838.945	+ 6.797	+ 0,9%
<b>Total</b>	<b>1.572.901</b>	<b>1.541.033</b>	<b>1.726.281</b>	<b>+ 31.868</b>	<b>+ 2,1%</b>

Valores em euros.

### 3.4 Trabalho Suplementar

O trabalho suplementar, aumentou face ao ano de 2020, 2.884 horas (+32,3%), derivado da pandemia. Assim, a taxa de trabalho suplementar, aumentou para 9,70%, mais 2,34 pontos percentuais.

Quadro 11 - Trabalho Suplementar

TRABALHO SUPLEMENTAR	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Exploração	11.804	8.846	22.079	+ 2.958	+ 33,4%
Administrativos	0	75	277	- 75	- 100,0%
<b>Total</b>	<b>11.804</b>	<b>8.920</b>	<b>22.356</b>	<b>+ 2.884</b>	<b>+ 32,3%</b>
Taxa de Trabalho Suplementar (%)	9,70	7,36	18,40	+ 2,34 p.p.	+ 31,8%

p.p. - pontos percentuais.

### 3.5 Absentismo

O absentismo não apresentou grandes variações, menos 156 horas (-1,5%) do que no ano anterior.

Conforme podemos verificar no quadro seguinte, a taxa de absentismo situa-se nos 8,26%, menos 0,16 pontos percentuais que em 2020. Se não considerarmos as ausências causadas por baixas, doenças e Covid-19, a taxa de absentismo, em 2021, é de 3,46%.

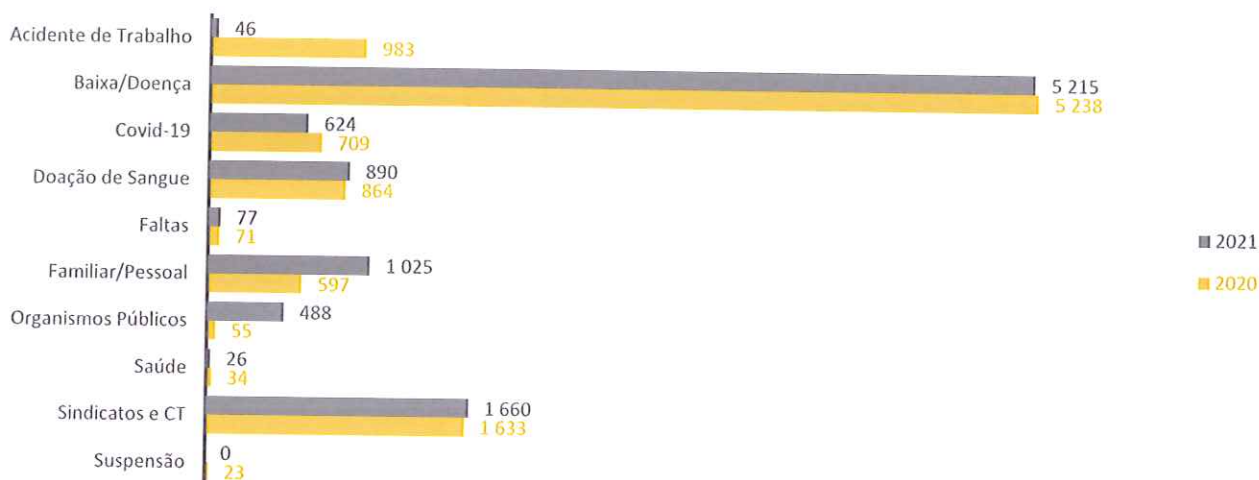
Quadro 12 - Absentismo

ABSENTISMO	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Horas de Absentismo	10.051	10.207	12.158	- 156	- 1,5%
Taxa de Absentismo Real (%)	8,26	8,42	10,01	- 0,16 p.p.	- 1,9%
Taxa de Absentismo excluindo baixas (%)	3,97	5,72	3,80	- 1,75 p.p.	- 30,6%
Taxa de Absentismo excluindo baixas e Covid-19 (%)	3,46	3,52	3,89	- 0,06 p.p.	- 1,7%

p.p. - pontos percentuais.

Conforme é visível no gráfico seguinte, grande parte do absentismo deve-se essencialmente a baixas e/ou doenças, sensivelmente 52%.

Gráfico 4 - Classificação do Absentismo



### 3.6 Formação Profissional

No decorrer do ano de 2021, a CCSG continuou a política de formação profissional dos seus colaboradores. Apesar do decréscimo do número de horas de formação em 281 horas (-47,1%), face a 2020, foi cumprido o Plano de Formação Profissional delineado no início do ano, que contou com 6 cursos lecionados no âmbito da condução e certificação dos motoristas.

Quadro 13 - Formação Profissional

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Total de Horas de Formação	316	597	837	- 281	- 47,1%
N.º de Cursos	6	8	6	- 2	- 25,0%
N.º de Formandos	30	84	21	- 54	- 64,3%

n.a. - não aplicável.

### 3.7 Acidentes de Trabalho

No que diz respeito à segurança no trabalho, registou-se apenas 1 acidente, menos 2 que em 2020 (-66,7%), o que se traduziu em 5 dias de trabalho perdidos, representando um decréscimo de 167 dias (-97,1%), relativamente ao período homólogo.

Tendo em conta que o número de horas trabalhadas foi ligeiramente superior do que em 2020, e a quebra no número de acidentes mencionada, compreende-se que os indicadores abaixo sejam mais favoráveis.



Quadro 14 - Acidentes de Trabalho

ACIDENTES DE TRABALHO	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
N.º de Acidentes	1	3	2	- 2	- 66,7%
Dias Perdidos	5	172	67	- 167	- 97,1%
Trabalhadores	65	66	69	- 1	- 1,5%
Horas Trabalhadas	123.433	119.879	134.789	+ 3.554	+ 3,0%
Índice de Frequência	0,81	2,50	1,48	- 1,69 p.p.	- 67,6%
Índice de Gravidade	4,05	143,48	49,71	- 139,43 p.p.	- 97,2%
Índice de Avaliação de Gravidade	5,00	57,39	33,50	- 52,39 p.p.	- 91,3%
Índice de Incidência	1,54	4,55	2,90	- 3,01 p.p.	- 66,2%

Índice de Frequência: número de acidentes por 100.000 horas trabalhadas; Índice de Gravidade: número de dias perdidos por 100.000 horas trabalhadas; Índice de Avaliação de Gravidade: número médio de dias perdidos por acidente; Índice de Incidência: número de acidentes por 100 colaboradores; p.p. - pontos percentuais.

### 3.8 Posto Clínico

De forma a garantir o bom estado de saúde dos colaboradores, foram mantidas as consultas e exames médicos, tendo sido realizados 41 exames periódicos, 2 a pedido do serviço, 55 consultas de medicina curativa e 2 consultas pós doença. Um total de 100 exames/consultas, mais 60 que em 2020 (+150%).

Quadro 15 - Posto Clínico

POSTO CLÍNICO	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Exames Médicos Periódicos	41	38	38	+ 3	+ 7,9%
Exames a Pedido de Serviço	2	0	0	+ 2	n.a.
Medicina Curativa	55	0	0	+ 55	n.a.
Exames Médicos de Admissão	0	0	1	0	n.a.
Consultas pós doença	2	2	0	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>40</b>	<b>39</b>	<b>+ 60</b>	<b>+ 150,0%</b>

### 3.9 Sinistralidade

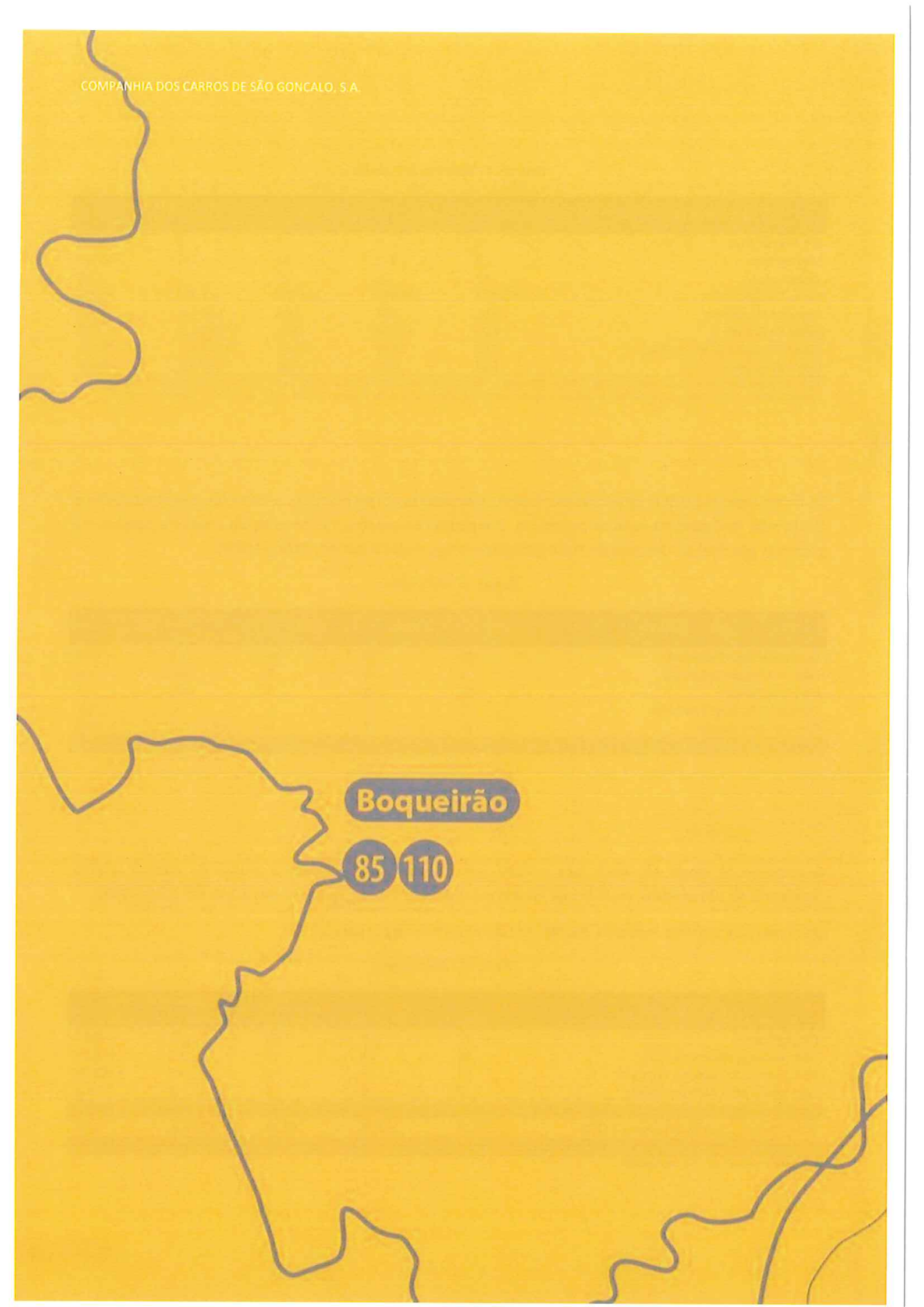
O aumento da oferta em 2021, face a 2020, levou a que a sinistralidade evoluísse no mesmo sentido, registando-se 108 sinistros, mais 25 que no ano anterior (+30,1%), e 5 quedas, mais 1 que em 2020 (+25%).

Do número de sinistros registado, 90,74% resultaram em encargos para a CCSG.

Quadro 16 - Sinistralidade

SINISTRALIDADE	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Danos Próprios	77	64	92	+ 13	+ 20,3%
Com Responsabilidade da CCSG	21	14	14	+ 7	+ 50,0%
Com Responsabilidade de Terceiros	10	5	6	+ 5	+ 100,0%
Com Responsabilidade partilhada	0	0	4	0	n.a.
<b>Total de Sinistros</b>	<b>108</b>	<b>83</b>	<b>116</b>	<b>+ 25</b>	<b>+ 30,1%</b>
% de Acidentes com encargos para a CCSG	90,74	93,98	92,24	- 3,24 p.p.	- 3,4%
<b>Quedas</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>+ 1</b>	<b>+ 25,0%</b>

p.p. - pontos percentuais; n.a. - não aplicável.



Boqueirão

85 110

# MANUTENÇÃO

04

113

Santa Cruz

St.<sup>a</sup> Cruz

## 04 MANUTENÇÃO

<b>77</b> <b>Frota</b> 2020: ↓ 3 (-3,8%) 2019: ↓ 11 (-12,5%)	<b>1.100.238</b> <b>Custos de Manutenção (€)</b> 2020: ↑ 218.518 (+24,8%) 2019: ↑ 200.595 (+22,3%)	<b>922.650</b> <b>Custos de Gasóleo (€)</b> 2020: ↑ 232.366 (+33,7%) 2019: ↓ 8.964 (-1,0%)
---	---	---

### 4.1 Frota

Ao longo do ano de 2021, foram abatidas 3 viaturas do serviço interurbano devido ao avançado estado de corrosão nas carroçarias e por existir falta de peças disponíveis no mercado, tendo sido transferidas 3 viaturas do serviço de alugueres, para colmatar a frota do serviço regular.

Assim, a frota da CCSG é composta por 77 viaturas, sendo que o serviço interurbano tem 62 viaturas e o serviço alugueres é composto por 15 autocarros.

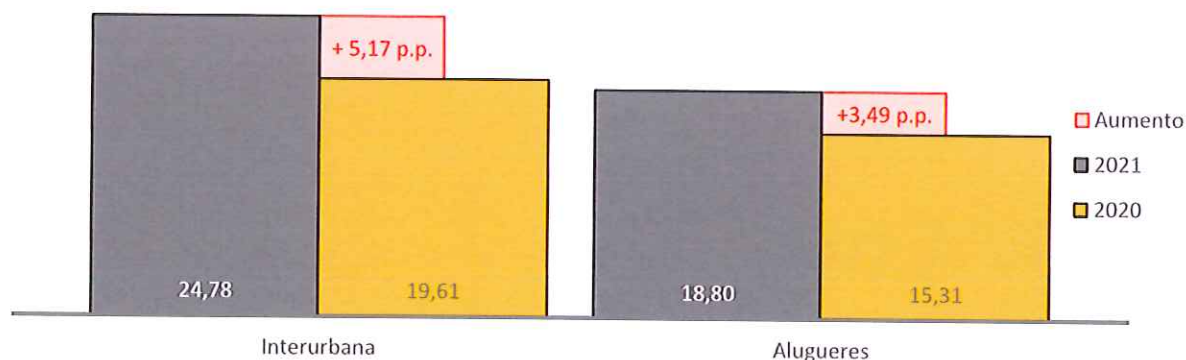
Quadro 17 - Frota

FROTA	2021		2020		2019		Variação 2021/2020	
	Quant.	Idade Média	Quant.	Idade Média	Quant.	Idade Média	Absoluta	%
Interurbana	62	27,45	62	26,87	59	27,92	0	0,0%
Alugueres	15	20,20	18	19,50	29	18,79	- 3	- 16,7%
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>26,04</b>	<b>80</b>	<b>25,21</b>	<b>88</b>	<b>24,91</b>	<b>- 3</b>	<b>- 3,8%</b>

### 4.2 Taxa de Imobilização

A taxa de imobilização do serviço interurbano piorou 5,17 pontos percentuais, situando-se agora nos 24,78%, o que indica que estiveram, em média, 16 autocarros imobilizados diariamente durante o ano. Na frota de alugueres, a taxa fixou-se nos 18,80%, o que representa um aumento de 3,49 pontos percentuais.

Gráfico 5 - Taxa de Imobilização (%)



### 4.3 Custo de Manutenção

Dado o atraso na conclusão do Concurso para a Concessão do Transporte Público Interurbano na Região, estão a ser realizadas mais ações de manutenção nas viaturas para o transporte público de passageiros. Verificando-se um aumento do custo de manutenção em €218.518 (+24,8%). Relativamente ao combustível, o aumento de €232.366 (+33,7%) face a 2020, deve-se ao aumento dos quilómetros percorridos e aos aumentos constantes do preço dos combustíveis.

Assim, o custo por quilómetro, aumentou em 18 cêntimos (+16,5%).

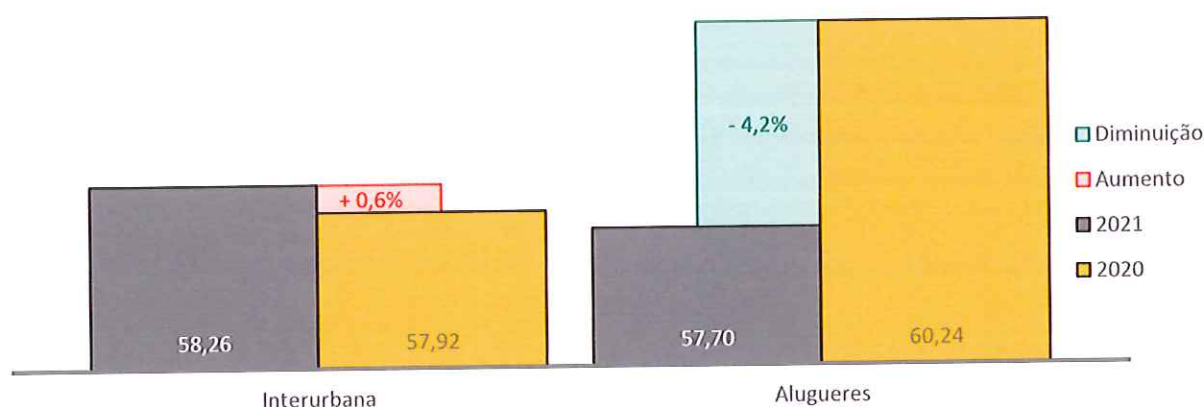
Quadro 18 - Custos de Manutenção

CUSTOS MANUTENÇÃO	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Quilómetros Percorridos	1.596.453	1.448.092	1.762.559	+ 148.361	+ 10,2%
Gasóleo (€)	922.650	690.285	931.615	+ 232.366	+ 33,7%
Manutenção (€)	1.100.238	881.720	899.643	+ 218.518	+ 24,8%
<b>Custo Total (€)</b>	<b>2.022.888</b>	<b>1.572.005</b>	<b>1.831.258</b>	<b>+ 450.884</b>	<b>+ 28,7%</b>
Custo/Km (€)	1,27	1,09	1,04	+ 0,18	+ 16,5%

### 4.4 Consumo de Gasóleo

No ano 2021, foram consumidos 929.853 de litros de gasóleo, um acréscimo de 90.403 litros (+10,8%) face ao ano 2020. Em termos de consumos médios, a frota interurbana consumiu 58,26 litros/100 km, um aumento de 0,6% em relação ao ano anterior. Já no serviço de alugueres, a frota consumiu, em média, 57,70 litros/100 km, registando uma quebra de 4,2%.

Gráfico 6 - Consumo de Gasóleo (L/100km)



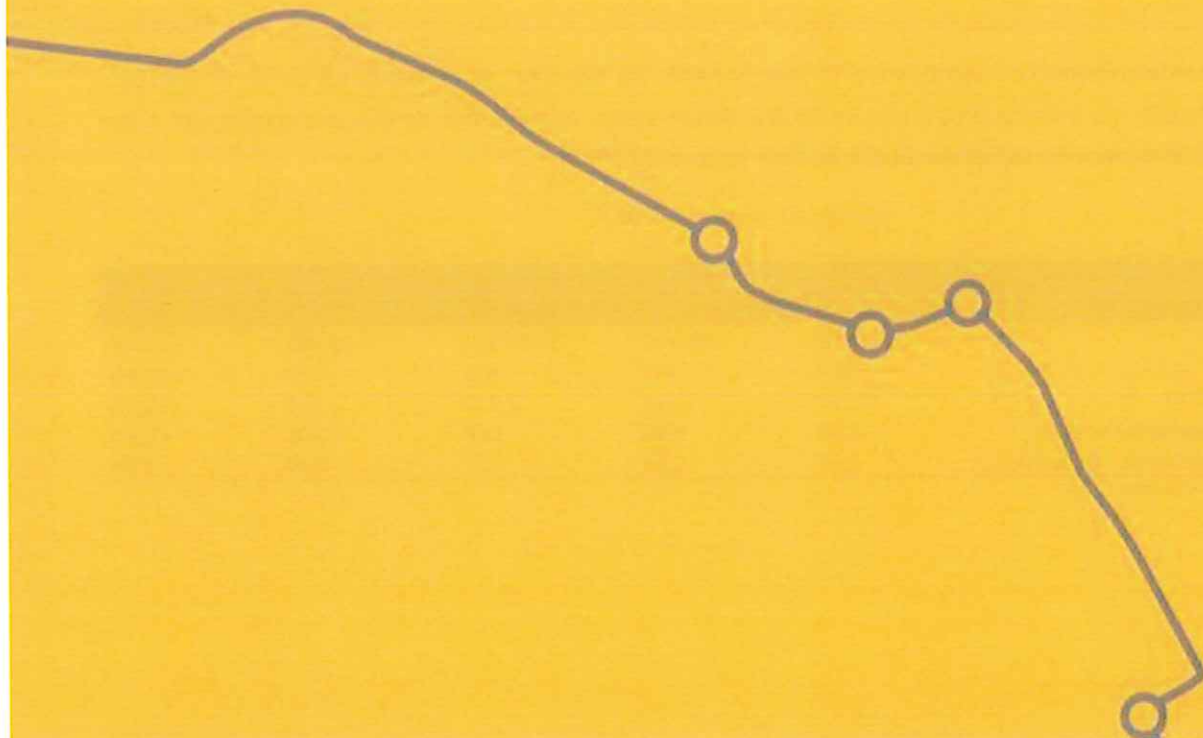
COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONCALO, S.A.

**Santo da Serra**

77

# ENGENHARIA E PRODUÇÃO

05



## 05 ENGENHARIA E PRODUÇÃO

<b>2.586</b>	<b>8.540</b>	<b>2.514</b>
<b>Obras Oficinais</b>	<b>Lavagens de Viaturas</b>	<b>Emissões de CO<sub>2</sub> (Ton.)</b>
2020: ↑ 157 (+6,5%)	2020: ↑ 862 (+12,0%)	2020: ↑ 244 (10,8%)
2019: ↑ 210 (+8,8%)	2019: ↓ 1.795 (-18,2%)	2019: ↓ 259 (-9,3%)

### 5.1 Lavagem de Viaturas

As viaturas são lavadas diariamente, interior e exteriormente, mantendo assim possível prestar serviços com qualidade e higiene.

O número de lavagens na frota interurbana aumentou face ao ano de 2020 devido ao aumento da oferta, mais 1.559 (+28,5%). Relativamente à frota de alugueres, a diminuição de 697 lavagens (-40,3%) deve-se a dois motivos, em primeiro lugar, à reduzida procura neste serviço e, em segundo lugar, devido à alteração no número de viaturas deste serviço, como já foi referido.

Quadro 19 - Lavagem de Viaturas

LAVAGEM DE VIATURAS	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Frota Interurbana	7.022	5.463	5.818	+ 1.559	+ 28,5%
Frota Alugueres	1.032	1.729	4.031	- 697	- 40,3%
<b>Total</b>	<b>8.054</b>	<b>7.192</b>	<b>9.849</b>	<b>+ 862</b>	<b>+ 12,0%</b>

Há que salientar que, para proteger os seus clientes, a CCSG continua a desinfetar os seus autocarros, com elevada frequência, tendo em conta a durabilidade dos produtos utilizados.

### 5.2 Emissão de CO<sub>2</sub>

Dado ao aumento do consumo de combustível já mencionado, verificou-se um aumento no consumo de TEP's e na produção de CO<sub>2</sub>, na mesma proporção de 10,8%. Ainda assim, as emissões de CO<sub>2</sub> por passageiro e por quilómetro, praticamente não sofreram alteração face ao ano de 2020.

Quadro 20 - Emissões de CO<sub>2</sub>

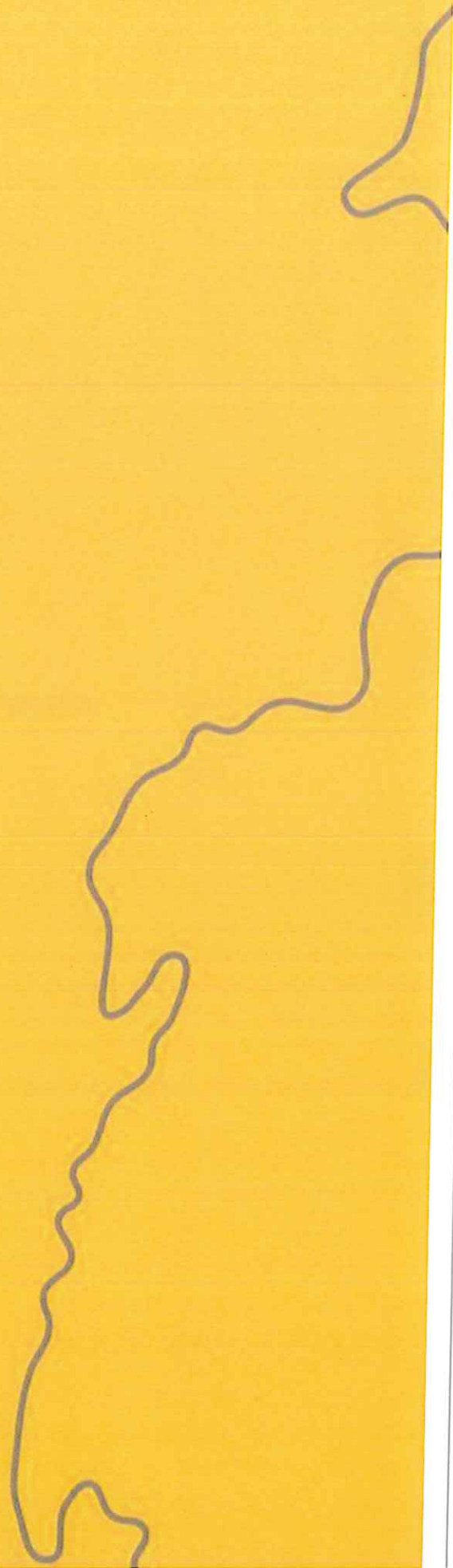
EMISSIONES DE CO <sub>2</sub>	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Consumo Gasóleo	929.853	839.450	1.025.537	+ 90.403	+ 10,8%
TEP*	811	732	895	+ 79	+ 10,8%
Emissões (Ton. de CO <sub>2</sub> )	2.514	2.269	2.772	+ 244	+ 10,8%
Emissões por passageiro (Kg de CO <sub>2</sub> )	2,88	2,87	1,88	+ 0,01	+ 0,3%
Emissões por Km percorrido (Kg de CO <sub>2</sub> )	1,57	1,57	1,57	0,00	0,0%

\*Tonelada equivalente de petróleo.



(Esta página foi deixada em branco propositadamente.)

---



# LOGÍSTICA

06

## 06 LOGÍSTICA

Em 2021, a CCSG aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico e demais legislação de adaptação do CCP à Região, nomeadamente o Decreto-Legislativo Regional nº 34/2008 de 14 de agosto de 2008, com as recentes alterações pelo Decreto Legislativo Regional nº 6/2018/M de 15 de março.

Para a contratação pública inserida no âmbito do regime especial dos transportes, com valores abaixo dos limiares comunitários, por aplicação da alínea c) do nº 1 do artigo 9.º, artigo 11.º a contrário e artigo 12.º, todos do CCP, e que, como tal não tem aplicação a parte II do referido Código, foram aplicadas o Regulamento de Aquisições de Bens e de Serviços e de Realização de Empreitadas (RARE).

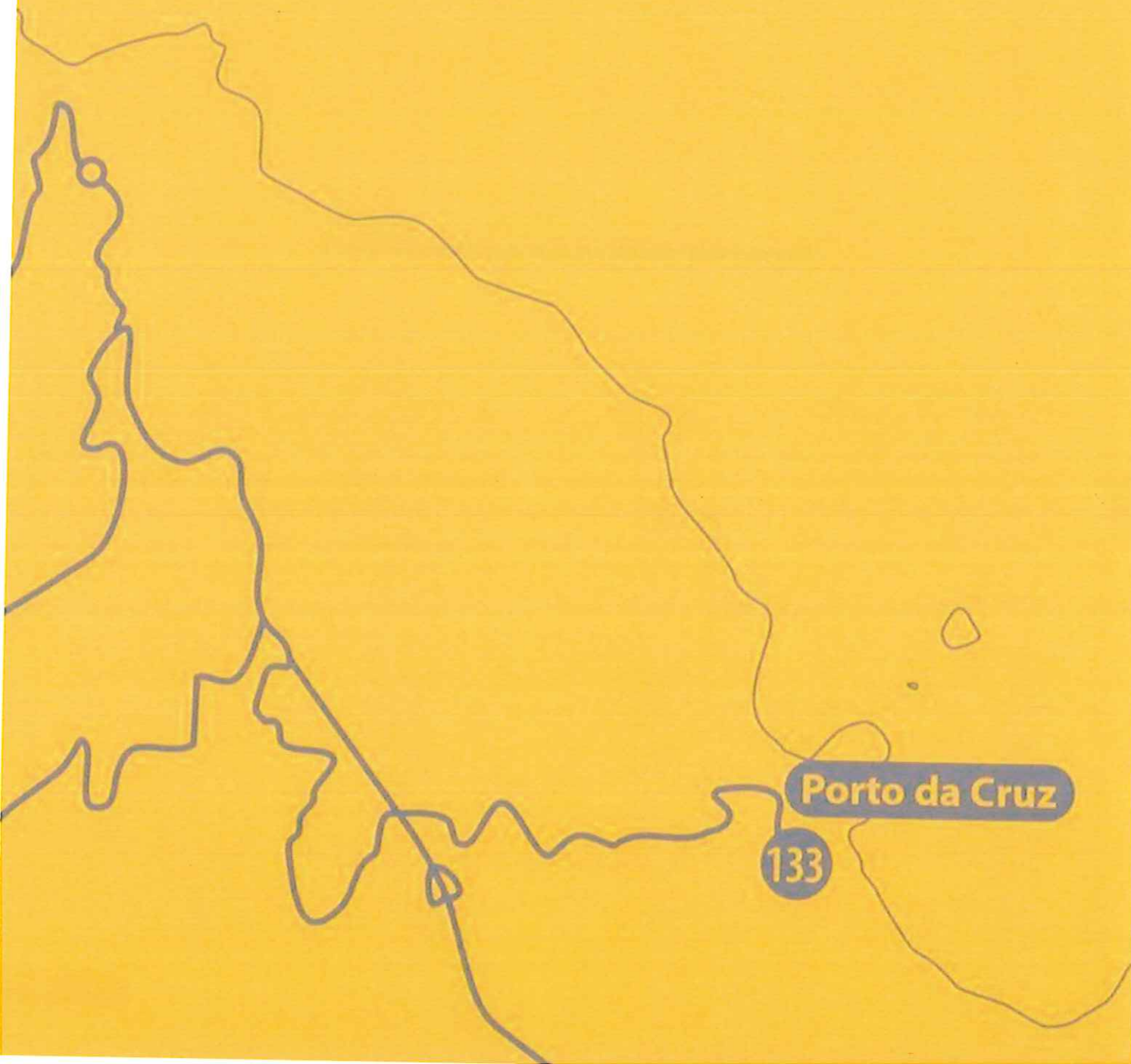
A CCSG, não possui os serviços de apoio habituais a uma operadora de transporte público, nomeadamente serviços de aprovisionamento. Para tal socorre-se nesta área, bem como todas as outras atividades que não a sua prestação do serviço ao cliente final, nomeadamente, serviços administrativos e de manutenção, aos serviços disponibilizados pela HF.

Desta forma, é a HF que trata da logística da CCSG, faturando a esta a prestação dos seus serviços.

Os únicos fornecedores relevantes da CCSG são a HF e a CBK Madeira.

O novo regime jurídico dos transportes aconselhava prudência em matéria de investimentos. Desta forma a empresa optou por não efetuar qualquer investimento relevante em 2021.

(Esta página foi deixada em branco propositadamente.)



# COMERCIAL

07

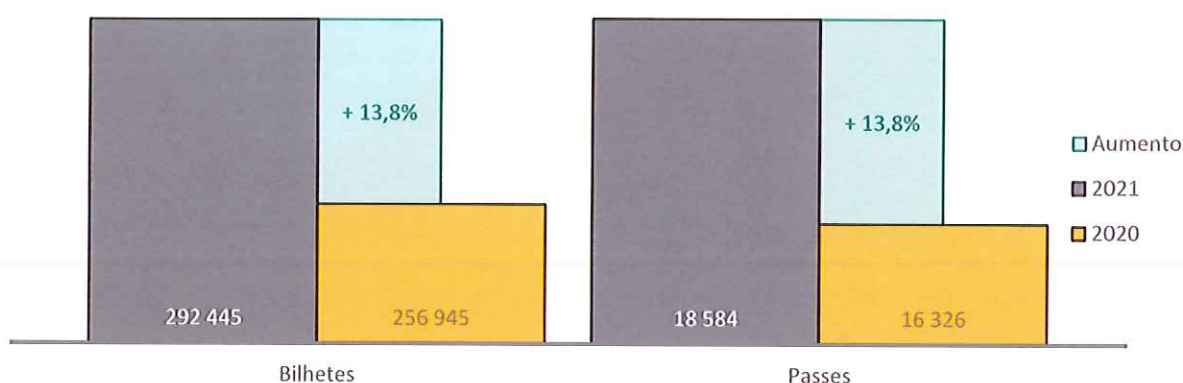
## 07 COMERCIAL

<b>292.445</b> <b>Bilhetes</b> 2020: ↑ 35.500 (+13,8%) 2019: ↓ 162.658 (-35,9%)	<b>18.584</b> <b>Passes</b> 2020: ↑ 2.258 (+13,8%) 2019: ↓ 1.553 (-7,7%)	<b>1.262.617</b> <b>Receita (€)</b> 2020: ↑ 159.909 (+14,5%) 2019: ↓ 585.092 (-31,7%)
--	---	--

### 7.1 Receitas do Serviço Interurbano

No seguimento da evolução da oferta e da procura já enunciadas, registaram-se variações positivas na venda de títulos de transporte, tendo sido vendidos 292.945 bilhetes e 18.584 passes, o que em ambos representa um aumento se 13,8%.

Gráfico 7 - Títulos de Transporte Vendidos



Em termos de receita, verificámos um aumento de €159.909 (+14,5%), sendo que o título que mais contribuiu para este aumento foi “Bilhetes de Bordo”, o que está correlacionado com a evolução do turismo na Região.

Quadro 21 - Receita Serviço Interurbano

RECEITA	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Bilhetes	666.130	574.506	1.058.460	+ 91.624	+ 15,9%
Bordo	662.924	573.055	1.051.101	+ 89.869	+ 15,7%
Pré-comprados e Multidias	3.206	998	3.436	+ 2.208	+ 221,3%
Eventuais	0	453	3.923	- 453	- 100,0%
Passes	596.487	528.202	789.248	+ 68.285	+ 12,9%
Social	410.657	371.162	515.323	+ 39.495	+ 10,6%
Sénior/Invalidez	44.479	35.431	46.411	+ 9.048	+ 25,5%
Pensionista/Antigo Combatente	23.604	20.614	13.150	+ 2.990	+ 14,5%
Estudante/Criança	109.999	94.286	204.907	+ 15.713	+ 16,7%
Sub23	7.747	6.709	9.458	+ 1.038	+ 15,5%
<b>Total</b>	<b>1.262.617</b>	<b>1.102.708</b>	<b>1.847.708</b>	<b>+ 159.909</b>	<b>+ 14,5%</b>

Valores em euros e sem IVA.

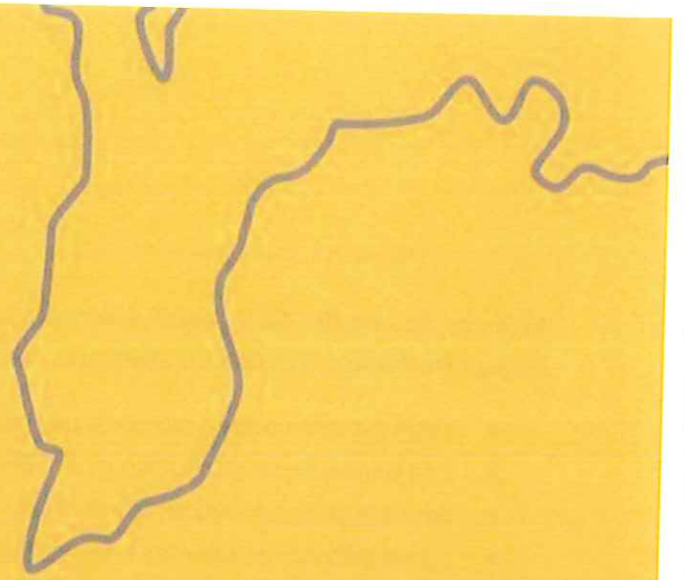


## 7.2 Campanhas, Eventos e Promoção

Ao longo do ano de 2021, foram desenvolvidas algumas campanhas com vista à promoção da utilização do Transporte Público. Das demais atividades, destacam-se as seguintes:

- Carregamento atempado do passe - medida para reduzir a aglomeração de clientes nas lojas;
- Campanha de Sensibilização para a Prevenção ao Cancro Colorretal - “Março Azul”;
- Sensibilização para a correta utilização da máscara a bordo;
- Campanha Novos Clientes - entrega de um "kit boas vindas" aos novos clientes e aos clientes que não utilizam o nosso serviço há mais de um ano;
- “GIRO em casa” – campanha que consistiu na possibilidade de os clientes do Grupo HF poderem encomendar o seu cartão GIRO no centro comercial e recebê-lo no conforto da sua casa;
- Campanha Regresso à Atividade - ‘Um Brinde a Si’ - campanha para assinalar a retoma da atividade profissional, após o mês de férias por excelência, agosto;
- Campanha Regresso às Aulas - “Um brinde ao regresso às aulas” – campanha de promoção do TP direcionada aos estudantes e crianças, com divulgação nos meios físicos, digitais e nos autocarros e ainda entrega de brindes aquando da compra e/ou carregamento do passe;
- Festa da Flor 2021 – Foi criada uma campanha dirigida aos turistas com a divulgação dos bilhetes multidiárias e informações das principais atividades do Festival da Flor. Foi ainda criado um passatempo nas redes sociais com oferta de bilhetes duplos para as bancadas do cortejo;
- Campanha Regresso às Aulas - “Um brinde ao regresso às aulas” – campanha de promoção do TP agora direcionada aos estudantes do ensino superior, com divulgação nos meios físicos, digitais e nos autocarros e com entrega de brindes, aquando da compra e/ou carregamento do passe;

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONCALO, S.A.



56 133

Santana

# TECNOLOGIA

08

## 08 TECNOLOGIA

**362**  
**Pedidos de Suporte**

2020: ↓ 17 (-4,5%)  
2019: ↓ 75 (-17,2%)

**34**  
**Assistência SAEIP**

2020: ↓ 89 (-72,4%)  
2019: ↓ 79 (-69,6%)

**203**  
**Intervenções Bilhética**

2020: ↓ 108 (34,7%)  
2019: ↓ 105 (-34,1%)

### 8.1 Desenvolvimento e Manutenção de Software

Em 2021, procedeu-se à migração de processos, à concretização das seguintes tarefas de desenvolvimento e manutenção de sistemas:

- Manutenção de aplicação de gestão de turismo e alugueres;
- Implementação do projeto referente ao Sistema de Apoio a Exploração e de venda a bordo em toda a rede interurbana, onde se unificam os processos de bilhética simplificados.

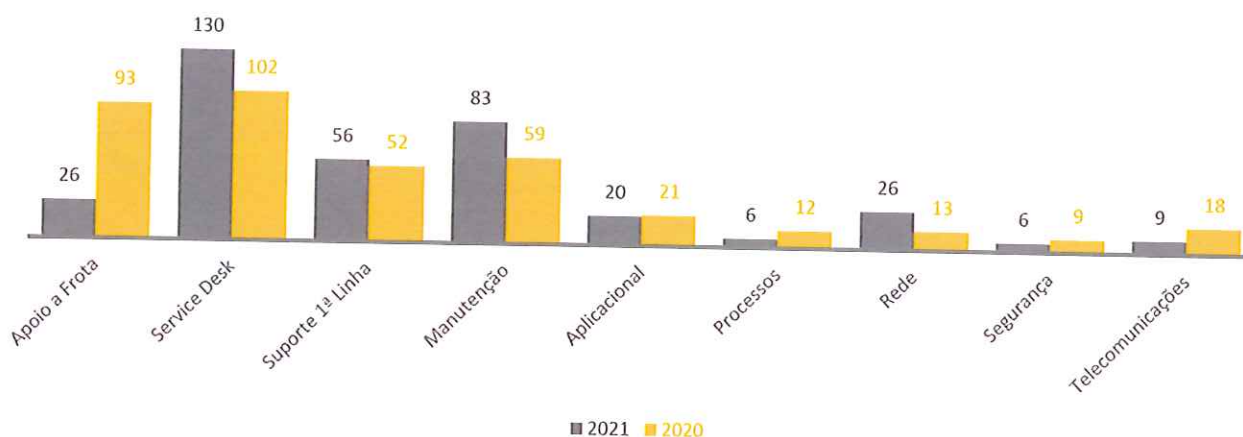
### 8.2 Alojamento e Administração de Sistemas

Relativamente a este domínio, foram mantidas as atividades de análise e manutenção da rede, dos sistemas, das bases de dados, do hardware e do software.

### 8.3 Suporte Técnico

Além das atividades e aplicações desenvolvidas, foi dada continuidade ao suporte técnico, quer aos colaboradores quer à atividade da CCSG. Conforme o gráfico em baixo, foram registados 362 pedidos de suporte, menos 17 (-4,5%) que no ano anterior.

Gráfico 8 - Suporte Técnico



#### 8.4 Assistência SAEIP e Bilhética

Foi mantido o acompanhamento do processo de assistência técnica evolutiva do Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros que contempla a atualização dos equipamentos embarcados, em parceria com a empresa TECMIC.

Registaram-se 8 anomalias nos painéis informativos e 26 na frota. Menos 7 e 82, do que no período anterior, respetivamente. Quanto ao sistema de bilhética, foram realizadas 203 intervenções de manutenção, menos 108 do que em 2020. As melhorias registadas devem-se ao projeto desenvolvido para renovação dos sistemas já referidos.

A diminuição, no número de assistências SAE e Bilhética, deve-se ao facto de ter sido criado a Secção de Manutenção Industrial e Eletrónica (SMIE), que passou a ficar responsável por este tipo de assistência.

Quadro 22 - Assistência SAEIP e Bilhética

ASSISTÊNCIA	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
SAE - Painéis	8	15	14	- 7	- 46,7%
SAE - Frota	26	108	99	- 82	- 75,9%
Bilhética	203	311	308	- 108	- 34,7%
<b>Total</b>	<b>237</b>	<b>434</b>	<b>421</b>	<b>- 197</b>	<b>- 45,4%</b>



São Jorge

138

ANÁLISE  
ECONÓMICA E  
FINANCEIRA

09

**Santana**



## 09 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 9.1 Resultados

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., fecha o ano de 2021 com um resultado líquido negativo no valor de €1.577.452, verificando-se um agravamento de 90,8% face ao ano anterior (€-826.804).

Quadro 23 - Resultados

RESULTADOS	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
EBITDA	-1.413.414	-663.585	-320.475	- 749.829	- 113,0%
EBIT	-1.577.452	-826.799	-486.789	- 750.653	- 90,8%
Resultado Líquido	-1.577.452	-826.804	-486.821	- 750.648	- 90,8%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

Conforme é visível no quadro seguinte, ambos os serviços continuam bastante afetados pela pandemia, sendo ambos os valores de EBITDA superior a €300.000 negativos.

Quadro 24 - Resultados por serviço

RESULTADOS	Serviço Interurbano				Serviço de Alugueres			
	2021	2020	2019	Var. %	2021	2020	2019	Var. %
EBITDA	-1.051.740	-351.650	29.318	- 199,1%	-361.674	-311.935	-349.793	- 15,9%
EBIT	-1.202.649	-507.199	-111.296	- 137,1%	-374.803	-319.599	-375.494	- 17,3%
Resultado Líquido	-1.202.649	-507.204	-111.327	- 137,1%	-374.803	-319.599	-375.494	- 17,3%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

### 9.2 Rendimentos e ganhos

As prestações de serviços continuam afetadas pelo Covid-19, gerando apenas receitas no valor de €1.528.335, apesar de ser superior ao valor registado no mesmo período de 2020, regista mais €286.005 (+23%), face a 2020, ainda se encontra num nível muito aquém do período pré-pandemia.

Relativamente aos Subsídios à Exploração, verifica-se uma quebra de €166.107 (-9,8%) face a 2020. Esta variação é fruto da não existência de um contrato-programa, referente ao aumento de despesa e quebras de receita derivadas da pandemia, ao contrário do que aconteceu em 2020.

Nas restantes rubricas de Rendimentos e Ganhos, verificam-se variações negativas de pequenas dimensões.

Em suma, as rubricas Rendimentos e Ganhos totalizam €3.067.095, mais €108.877 (+3,7%) do que no mesmo período do ano de 2020.



Quadro 25 - Rendimentos e Ganhos

RENDIMENTOS E GANHOS	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Vendas e serviços prestados	1.528.335	1.242.330	2.523.176	+ 286.005	+ 23,0%
Subsídios à exploração	1.529.883	1.695.990	1.201.117	- 166.107	- 9,8%
Outros rendimentos e ganhos	10.528	19.898	13.761	- 9.370	- 47,1%
<b>Total</b>	<b>3.067.095</b>	<b>2.958.218</b>	<b>3.738.053</b>	<b>+ 108.877</b>	<b>+ 3,7%</b>

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

Observando as rubricas por serviço, evidencia-se a recuperação nos rendimentos do serviço de alugueres, mais 123,2% do que em 2020.

Quadro 26 - Rendimentos e Ganhos por serviço

RENDIMENTOS E GANHOS	Serviço Interurbano				Serviço de Alugueres			
	2021	2020	2019	Var. %	2021	2020	2019	Var. %
Vendas e serviços prestados	1.332.162	1.155.615	1.958.491	+ 15,3%	196.173	86.715	564.685	+ 126,2%
Subsídios à exploração	1.529.883	1.695.990	1.201.117	- 9,8%	0	0	0	n.a.
Outros rendimentos e ganhos	2.813	15.990	12.539	- 82,4%	6.064	3.908	1.222	+ 55,2%
<b>Total</b>	<b>2.864.858</b>	<b>2.867.595</b>	<b>3.172.146</b>	<b>- 0,1%</b>	<b>202.237</b>	<b>90.623</b>	<b>565.907</b>	<b>+ 123,2%</b>

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

### 9.3 Gastos e perdas

Relativamente aos gastos e perdas, todas as rubricas apresentaram um aumento face ao ano anterior, destacando-se a variação de €689.299 (+33,6%) nos FSE's, justificado pelo aumento do preço dos combustíveis e pelas atividades de manutenção da frota. Importa ainda referir o aumento de €108.177 (363,2%) nos Outros Gastos e Perdas, que se deve, maioritariamente, à correção nos reembolsos de IVA de anos anteriores. Assim, o total da Gastos e perdas é de €4.644.547, mais €860.940 do que em 2020 (+22,4%).

Quadro 27 - Gastos e Perdas

GASTOS E PERDAS	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
CMVMC	29.357	8.584	8.755	+ 20.772	+ 242,0%
Fornecimentos e serviços externos	2.740.291	2.050.993	2.279.726	+ 689.298	+ 33,6%
Gastos com pessoal	1.572.901	1.541.033	1.726.281	+ 31.868	+ 2,1%
Gastos de depreciação e amortização	164.038	163.214	166.314	+ 825	+ 0,5%
Outros gastos e perdas	137.960	29.783	52.553	+ 108.177	+ 363,2%
<b>Total</b>	<b>4.644.547</b>	<b>3.793.607</b>	<b>4.233.629</b>	<b>+ 850.940</b>	<b>+ 22,4%</b>

Valores em euros.

Dividindo os gastos e perdas por serviço, verificamos que o foi no serviço de alugueres que as variações foram, em termos relativos, maiores (+40,7%).

Quadro 28 - Gastos e Perdas por serviço

GASTOS E PERDAS	Serviço Interurbano				Serviço de Alugueres			
	2021	2020	2019	Var. %	2021	2020	2019	Var. %
Gastos com o Pessoal	1.453.592	1.446.379	1.552.166	+ 0,5%	119.309	94.653	174.115	+ 26,0%
FSE - Combustível	886.297	675.076	804.227	+ 31,3%	36.353	15.208	127.512	+ 139,0%
FSE - Outros	1.432.054	1.075.685	761.829	+ 33,1%	385.587	285.023	586.157	+ 35,3%
Gastos de amortização	150.909	155.549	140.614	- 3,0%	13.129	7.665	25.700	+ 71,3%
Outros gastos e perdas	144.654	22.110	24.638	+ 554,3%	22.663	7.673	27.915	+ 195,4%
<b>Total</b>	<b>4.067.507</b>	<b>3.374.799</b>	<b>3.283.473</b>	<b>+ 20,5%</b>	<b>577.040</b>	<b>410.222</b>	<b>941.401</b>	<b>+ 40,7%</b>

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

## 9.4 Estrutura do Balanço

### CAPITAL PRÓPRIO

O total do Capital Próprio, no final de 2021, apresenta um valor negativo de €107.629, registando uma quebra de 107,3% relativamente ao período homólogo. Neste momento, o mesmo não cumpre com o artigo 35º do CSC, no entanto, devido à decisão de não concorrer ao futuro concurso para a Exploração do Serviço Público de Transporte de Passageiros na Região Autónoma da Madeira, o Conselho de Administração optou por não realizar as prestações suplementares que estavam previstas.

### ATIVO

O total do ativo, apresenta um saldo positivo de €3.021.895, contudo, representa uma descida de 6,9%, quando comparado com 2020.

### PASSIVO

O total do passivo, apresenta um montante de €3.129.524, representando um aumento de 76,3% face a 2020. Este aumento é consequência, grosso modo, do aumento da dívida comercial, mais concretamente à empresa Horários do Funchal, S.A., empresa mãe.

Quadro 29 - Estrutura do Balanço

ESTRUTURA DO BALANÇO	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Ativo não corrente	1.756.619	1.927.456	2.000.463	- 170.837	- 8,9%
Ativo corrente	1.265.275	1.317.664	1.311.079	- 52.389	- 4,0%
<b>Total do Ativo</b>	<b>3.021.895</b>	<b>3.245.120</b>	<b>3.311.541</b>	<b>- 223.225</b>	<b>- 6,9%</b>
Capital Próprio	-107.629	1.469.823	2.296.626	- 1.577.452	- 107,3%
Passivo não corrente	0	0	0	0	n.a.
Passivo corrente	3.129.524	1.775.297	1.014.915	+ 1.354.227	+ 76,3%
<b>Total do Passivo</b>	<b>3.129.524</b>	<b>1.775.297</b>	<b>1.014.915</b>	<b>+ 1.354.227</b>	<b>+ 76,3%</b>

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

## 9.5 Dívidas Comercial e Financeira

No que diz respeito à dívida comercial, a mesma aumentou €1.107.606 (+64,9%), devido à perda de receitas nos últimos trimestres. Em relação à dívida financeira da empresa, a mesma é de valor zero. Em termos de Tesouraria, os compromissos assumidos para com terceiros foram cumpridos, com exceção da empresa Horários do Funchal, S.A., que são liquidados consoante as disponibilidades de tesouraria.

Quadro 30 - Dívidas Comercial e Financeira

DÍVIDAS COMERCIAL E FINANCEIRA	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Comercial	2.815.030	1.707.424	908.701	1.107.606	+ 64,9%
Financeira	0	0	0	0	n.a.
<b>Total</b>	<b>2.815.030</b>	<b>1.707.424</b>	<b>908.701</b>	<b>1.107.606</b>	<b>+ 64,9%</b>

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

## 9.6 Prazo médio de pagamentos

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP), calculada nos termos da Resolução do Conselho de Ministros, n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho Nº 9870/2009, de 13 de abril, foi a seguinte:

Quadro 31 - Prazo médio de pagamentos

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	251	207	75	44	+ 21,3%

## 9.7 Eficiência Operacional

No quadro seguinte, analisamos a eficiência operacional durante o ano de 2021.

Quadro 32 - Eficiência Operacional

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2021	2020	2019	Variação 2021/2020	
				Absoluta	%
Volume de Negócios	1.528.335	1.242.330	2.523.176	+ 286.005	+ 23,0%
Outros Rendimentos e Ganhos (1)	8.877	15.990	12.865	- 7.113	- 44,5%
Rendimentos Operacionais [RO]	1.537.212	1.258.320	2.536.040	+ 278.891	+ 22,2%
CMVMC	29.357	8.584	8.755	+ 20.772	+ 242,0%
FSE	2.740.291	2.050.993	2.279.726	+ 689.299	+ 33,6%
Gastos com o Pessoal (2)	1.572.901	1.541.033	1.726.281	+ 31.868	+ 2,1%
Gastos Operacionais [GO]	4.342.549	3.600.610	4.014.761	+ 741.939	+ 20,6%
EBITDA Recorrente = [RO]-[GO]	-2.805.337	-2.342.289	-1.478.721	- 463.048	- 19,8%
[GO]/[RO] (%)	282,50	286,14	158,31	- 3,64 p.p.	- 1,3%

(1) não inclui subsídios nem indemnizações; (2) não inclui indemnizações; Valores em euros; p.p. - pontos percentuais.

## PERSPETIVAS FUTURAS

O ano de 2022 será um ano desafiante e condicionado pelos impactos da pandemia, mas também perspetivamos que será um ano em que, de forma gradual e responsável, possamos ir recuperando. A projeção para 2022, foi revista em baixa, refletindo a incerteza da continuidade da atividade a partir do mês de julho e, também, derivado do potencial aumento da taxa de inflação e do preço do combustível.

No primeiro trimestre, espera-se que, com a população maioritariamente vacinada e já com a dose de reforço, quer em Portugal quer nos principais países emissores de turismo para a RAM, a atividade acelerará. A recuperação do PIB relativamente a anos da pré-pandemia será gradual e diferenciada entre setores. O PIB deverá retomar o nível pré-pandemia no primeiro semestre de 2022.

## RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela elaboração das Contas do Exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Contas foram utilizadas políticas contabilísticas e critérios apropriados, consistentes com os anos anteriores e com a legislação em vigor.

As demonstrações financeiras e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes.

## PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propomos que o Resultado Líquido do exercício, negativo, no valor de €1.577.452,00, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 17 de março de 2022

O Conselho de Administração



Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves



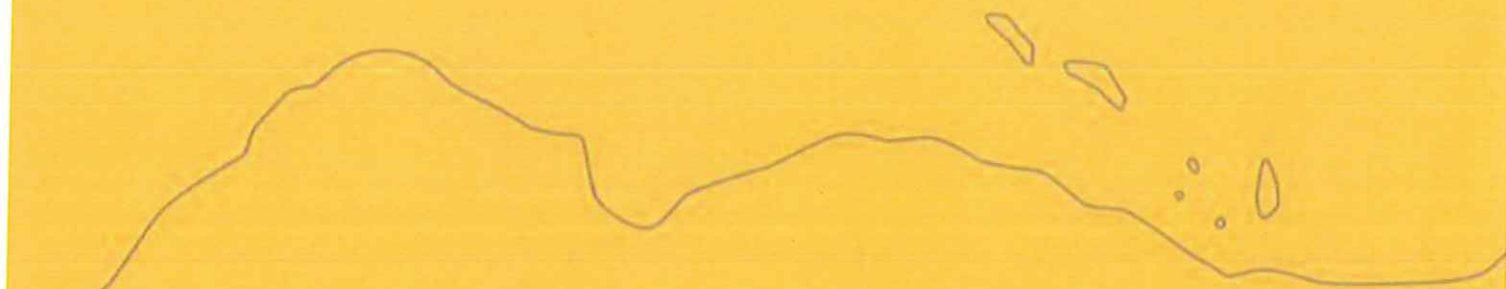
Susana Maria Florença Pinto Correia



Duarte Leovigildo de Faria Sousa

(Esta página foi deixada em branco propositadamente.)

---





# CONTAS DO EXERCÍCIO

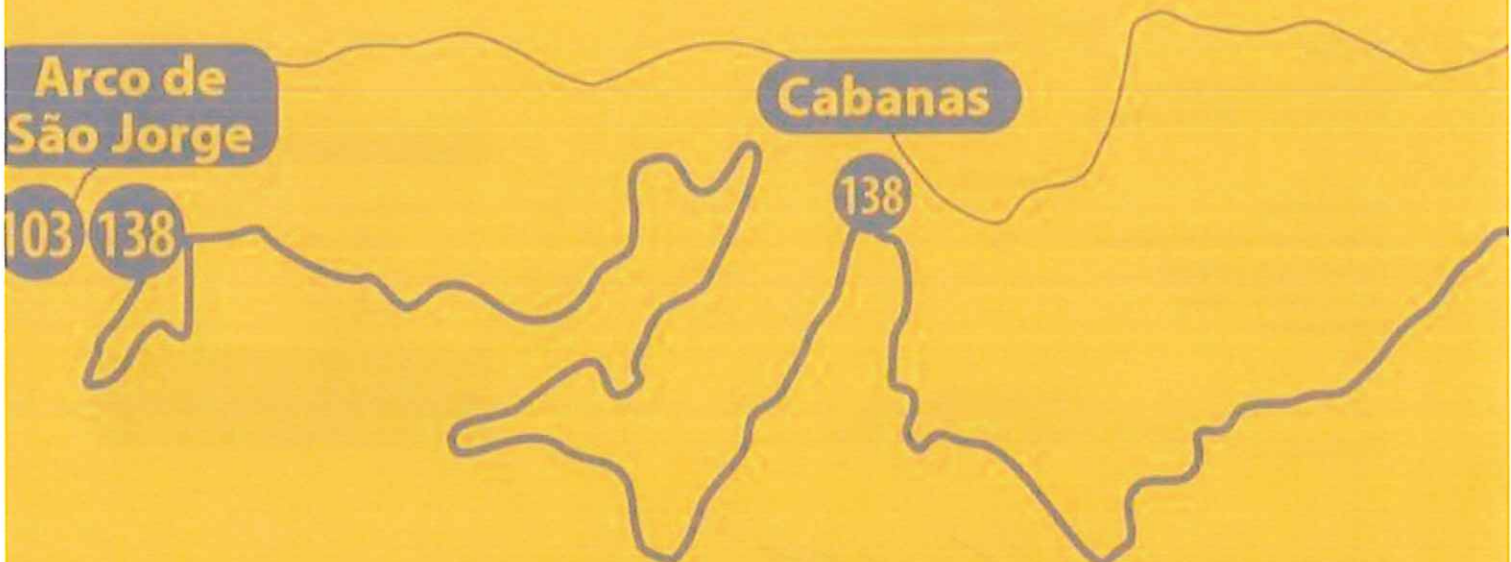
Arco de São Jorge

103

138

Cabanas

138



Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1.739.354,84	1.903.393,16
Ativos fixos intangíveis		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		1.464,04	963,60
Estado e outros entes públicos	10	15.800,27	23.098,90
		<b>1.756.619,15</b>	<b>1.927.455,66</b>
Ativo corrente			
Inventários	8	2.189,01	25.201,67
Clientes	9	522.010,91	217.222,43
Adiantamentos a fornecedores	19	82,19	66,73
Estado e outros entes públicos	10	225.529,12	457.777,43
Outros créditos a receber	11	21.037,78	461.154,49
Diferimentos	12	56.410,69	52.525,76
Caixa e depósitos bancários	4	438.015,65	103.715,58
		<b>1.265.275,35</b>	<b>1.317.664,09</b>
		<b>3.021.894,50</b>	<b>3.245.119,75</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	13	5.000.000,00	5.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	14	2.700.000,00	2.700.000,00
Reservas legais	15	59.358,27	59.358,27
Resultados transitados	16	-6.350.283,86	-5.523.480,31
Excedentes de revalorização	17	60.748,28	60.748,28
Resultado líquido do período		-1.577.452,00	-826.803,55
		<b>-107.629,31</b>	<b>1.469.822,69</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>PASSIVO</b>			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Corrente			
Fornecedores	19	2.708.051,20	1.340.701,66
Estado e outros entes públicos	10	39.932,14	40.630,28
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	18	350.303,98	366.722,72
Diferimentos	12	31.236,49	27.242,40
		<b>3.129.523,81</b>	<b>1.775.297,06</b>
		<b>3.129.523,81</b>	<b>1.775.297,06</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>			
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>			
		<b>3.021.894,50</b>	<b>3.245.119,75</b>

Valores em euros.

O Conselho de Administração

Presidente: Dr.º Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Vogal: Eng.ª Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal: Eng.º Duarte Leovigildo Faria Sousa

O Contabilista Certificado

Dr.º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 Período findo em 31 de dezembro de 2021

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Vendas e serviços prestados	20	1.528.334,53	1.242.329,99
Subsídios à exploração	11 e 21	1.529.883,36	1.695.990,33
Varição nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-29.356,72	-8.584,48
Fornecimentos e serviços externos	22	-2.740.291,23	-2.050.992,67
Gastos com pessoal	23	-1.572.900,93	-1.541.032,62
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,17
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	9 e 11	1.649,50	4.066,43
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		20,44	20,95
Outros rendimentos e ganhos	24	7.207,12	11.902,78
Outros gastos e perdas	25	-137.959,75	-17.285,71
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-1.413.413,68</b>	<b>-663.584,83</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 26	-164.038,32	-163.213,72
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-1.577.452,00</b>	<b>-826.798,55</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-1.577.452,00</b>	<b>-826.798,55</b>
Imposto sobre rendimento do período	7	0,00	-5,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-1.577.452,00</b>	<b>-826.803,55</b>

Valores em euros.

O Conselho de Administração

Presidente: Dr.º Alexandre Marcelino Gonçalves Gonçalves

Vogal: Eng.ª Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal: Eng.º Duarte Leovigildo Faria Sousa

O Contabilista Certificado

Dr.º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 Período findo em 31 de dezembro de 2021

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	1.243.427,19	1.908.387,18
Pagamentos a fornecedores	-2.034.864,55	-1.820.726,08
Pagamentos ao pessoal	-937.069,54	-910.442,88
Caixa gerada pelas operações	-1.728.506,90	-822.781,78
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	-31,44
Outros pagamentos/recebimentos	2.079.229,24	886.520,26
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]</b>	<b>350.722,34</b>	<b>63.707,04</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Pagamentos de		
Ativos fixos tangíveis	-16.406,27	-85.876,65
Ativos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Recebimentos de		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]</b>	<b>-16.406,27</b>	<b>-85.876,65</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos de		
Financiamentos obtidos		
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos de		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	-16,00	-39,57
Dividendos		
Redução de capital e ou instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]</b>	<b>-16,00</b>	<b>-39,57</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [1]+[2]+[3]</b>	<b>334.300,07</b>	<b>-22.209,18</b>
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	103.715,58	125.924,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período	438.015,65	103.715,58

Valores em euros.

O Conselho de Administração

Presidente: Dr.º Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Vogal: Eng.ª Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal: Eng.º Duarte Leovigildo Faria Sousa

O Contabilista Certificado

Dr.º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2021

Rúbricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						Total
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
Posição no Início do Período 2020		5.000.000,00	2.700.000,00	59.358,27	-5.523.480,31	60.748,28	-826.803,55	1.469.822,69
<b>Alterações no Período</b>								
Realização do exced. Reval. de ativos fixos tang. e intangíveis								0,00
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	16				-826.803,55		826.803,55	0,00
		0,00	0,00	0,00	-826.803,55	0,00	826.803,55	0,00
<b>Resultado Líquido do Período</b>							-1.577.452,00	-1.577.452,00
<b>Resultado Integral</b>							-750.648,45	-750.648,45
<b>Operações c/ Detentores capital no Período</b>								
Realizações de capital								0,00
Outras operações								0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Posição no Fim do Período 2021</b>		<b>5.000.000,00</b>	<b>2.700.000,00</b>	<b>59.358,27</b>	<b>-6.350.283,86</b>	<b>60.748,28</b>	<b>-1.577.452,00</b>	<b>-107.629,31</b>

Valores em euros.

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2021

O Conselho de Administração

Presidente: Dr.º Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Vogal: Eng.ª Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal: Eng.º Duarte Leovigildo Faria Sousa





O Contabilista Certificado

Dr.º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro



COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2020

Rúbricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						Total
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
<b>Posição no início do Período 2020</b>		5.000.000,00	2.700.000,00	59.358,27	-5.036.659,57	60.748,28	-486.820,74	2.296.626,24
<b>Alterações no Período</b>								
Realização do exced. Reval. de ativos fixos tang. e intangíveis	17							0,00
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	-486.820,74	0,00	486.820,74	0,00
<b>Resultado Líquido do Período</b>								<b>0,00</b>
<b>Resultado Integral</b>								<b>-826.803,55</b>
<b>Operações c/ Detentores capital no Período</b>								<b>-339.982,81</b>
Realizações de capital								0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Posição no fim do Período 2020</b>		<b>5.000.000,00</b>	<b>2.700.000,00</b>	<b>59.358,27</b>	<b>-5.523.480,31</b>	<b>60.748,28</b>	<b>-826.803,55</b>	<b>1.469.822,69</b>

Valores em euros.

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2020

O Conselho de Administração

Presidente: Dr.º Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Vogal: Eng.ª Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal: Eng.º Duarte Leovigildo Faria Sousa

O Contabilista Certificado

Dr.º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro



COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

ANEXO ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS



# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1 Nota Introdutória

### 1.1 Identificação da Entidade

#### 1.1.1 Designação da Entidade

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S. A. (CCSG), é uma sociedade constituída em 10 de junho de 1939, por escritura pública, exarada de fls. 89, verso, a fls. 90, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 17 do notário da Secretaria Notarial do Funchal, Dr. Francisco Alberto Correia Figueira. Em seu tipo – sociedade comercial por ações, natureza – entidade privada, composição - agregação de capitais públicos e está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.01016/40.05.08, a fls. 151 verso, do livro C-3.º, presentemente com o nº. único 511007116, com o capital social integralmente subscrito e realizado de 5.000.000,00 Euros.

#### 1.1.2 Objeto e finalidade

Exploração de um serviço público por via da relação de um contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira, celebrado em 30-10-2017, tendo como atividade o transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana e no aluguer de autocarros com condutor, principalmente para o turismo.

#### 1.1.3 Sede

A CCSG é a pessoa coletiva nº. 511007116, com sede na Travessa da Fundoa de Baixo, n.º 5, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

#### 1.1.4 Designação da empresa mãe

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, SA (HF), é uma sociedade constituída a 5 de junho de 1986, por escritura pública, exarada de fls. 36, verso, a fls. 43, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 93 do Cartório Privativo do Governo da Região Autónoma da Madeira, em seu tipo - sociedade comercial por ações, natureza - entidade privada, composição - agregação de capitais públicos, objeto e finalidade - exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49310 – Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros). São seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira (95%) e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (5%). Está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.03441/86.08.28, a fls. 188 verso, do livro C-9º., com o Capital Social integralmente realizado de 17.852.360,00 Euros.

### **1.1.5 Sede da empresa mãe**

A HF é a pessoa coletiva nº. 511026340, com sede na Travessa da Fundoa de Baixo, n.º 5, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

## **2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Disposições gerais**

As demonstrações financeiras da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho e pela portaria nº. 220/2015, de 24 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 17 de março de 2022, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2021 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2020.

### **2.2 Derrogações às disposições do SNC**

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

### **2.3 Comparabilidade com o ano anterior**

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

### 3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

#### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

#### 3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

##### Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessária, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes exceções:

Os terrenos e os edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às atuais condições, o justo valor dos ativos fixos tangíveis deverá ser atualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

Com a aquisição da Estação de serviço da Camacha em 2016 e atendendo à sua última revalorização em 2014 ainda na empresa-mãe, em 2019 procedeu-se a novas avaliações para obtenção dos justos valores, não existindo no exercício de 2021 qualquer alteração às atuais condições que justificasse a atualização do seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As reparações que prolonguem a vida útil e económica dos bens do ativo fixo tangível, são contabilizadas pelo custo de aquisição e são amortizadas durante o tempo médio de vida útil estimado (equipamento básico - viaturas para o transporte de passageiros desagregadas em componentes) e/ou pela vida útil esperada e/ou residual das respetivas imobilizações.

As reparações/manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente bem como as adições e/ou os melhoramentos que não são ativos fixos tangíveis, mas integrem custos ocorridos no exercício, referentes a anos seguintes são contabilizadas e reconhecidas no período compreendido entre duas reparações, na rubrica de custos diferidos, sendo a parte correspondente a cada um dos exercícios registada na demonstração de resultados, respeitando-se assim o princípio do acréscimo e/ou da especialização dos exercícios.

As reparações /manutenção periódica, preventiva e preditiva, custos de assistência diária, são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos.

Para desenvolvimento da sua atividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a CCSG tem por norma imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua atividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da CCSG destas viaturas para fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional, no ramo dos transportes, não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado ativo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor no residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CCSG considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CCSG entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual.

Em 2010, por aplicação da NCRF nº. 7, procedeu à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Em 2017, também tendo como base uma análise realizada internamente, foram revistas as vidas úteis das viaturas tendo-se verificado que não existe diferenças significativas que levássemos a efetuar qualquer alteração.

Desta forma, de acordo com a NCRF n.º 7, foi considerada como vida útil destes ativos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Tipo de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	3 a 43
Equipamento básico:	
Viaturas:	
Motores	8
Caixa de Velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos de Cobrança e Controlo	3 a 8
Programas de Cobrança e Controlo	3
Equipamento Administrativo	5 a 8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 a 8

As vidas úteis dos bens, método de depreciação e valor residual, quando aplicável, são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

#### Direitos de concessão

O Despacho n.º 231/2021, de 28 de junho, publicado no JORAM, II Série, n.º 112, autorizou a manutenção, em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transportes em Automóvel, que tenham sido renovados após a data limite do período referido na alínea d) do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, pelo período necessário até à conclusão do procedimento concorrencial para a atribuição do Serviço Público na RAM, mantendo tais títulos e operadores os mesmos direitos e deveres, carreiras, itinerários, paragens, horários e frequências, sistema de cobrança e tarifários que vigorem a 31 de julho de 2021.

### **Impostos sobre o rendimento do período**

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida, quando aplicável.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável, o qual difere do resultado contabilístico da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas, à data de balanço, no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos resultam do reconhecimento da consequência fiscal que ocorrerá no futuro, por efeito das transações e outros acontecimentos da entidade no período.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço. Não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, somente, quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias, subjacentes, aos ativos por impostos diferidos, no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento, lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável.

### **Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

### **Outros créditos a receber**

Os outros créditos a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

### **Subsídios e outros apoios de entidades públicas**

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas não são reconhecidos, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo e de outras entidades públicas, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridas ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa, sem qualquer futuro custo relacionado, é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar *deficits*

de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio e outros apoios de entidades públicas tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios e apoios de outras entidades públicas não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio se torna recebível.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, condicionais, que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

### **Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

### **Ativos e passivos contingentes**

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.



Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

### Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber relativa à prestação de serviços das carreiras interurbanas e serviços de aluguer e turismo.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos, referentes à transação, possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da prestação da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

#### **Gastos/Rendimentos de financiamentos**

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

#### **Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 17 de março de 2022 data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Não ocorreram acontecimentos materiais após a data do balanço suscetíveis de dar lugar a ajustamentos (Nota 30).

#### **Capitalização de custos com empréstimos**

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos. Os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

## **Imparidade**

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

### **3.3 Principais estimativas e julgamentos**

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

#### **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

### Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, no caso de haver prejuízos, fiscais reportáveis durante nos seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016, podem ser reportados por um período de 12 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2017, podem ser reportados por um período de 5 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

A partir de janeiro de 2017, foram revogadas as regras de utilização de prejuízos fiscais que preveem a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO). Sendo assim, passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes, principalmente, de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

Face à pandemia COVID-19, o Orçamento do Estado Suplementar para 2020 veio criar um regime especial de dedução de prejuízos fiscais que venham a ser apurados no período de tributação de 2020 e 2021, e relativamente aos prejuízos fiscais que se encontrem em reporte/vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020.

- Prejuízos fiscais de 2020 e 2021: o prazo de reporte passa a ser de 10 anos (anteriormente eram 5 anos). Para as PME, mantém-se o prazo de 12 anos.
- O limite de 70% para dedução ao lucro tributável é elevado para 80% do lucro tributável, sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.
- Relativamente aos prejuízos fiscais em reporte no primeiro dia do período de tributação de 2020, a contagem do seu prazo de reporte fica suspensa durante os períodos de tributação de 2020 e 2021, traduzindo-se num aumento de 2 anos do prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em 2014 e anos seguintes.

### Subsídios à exploração/ Indemnização compensatória

Os subsídios atribuídos pelo Governo Regional da Madeira, de acordo com o protocolo em vigor, embora não recebidos, mas com uma certeza de que o vão ser, são reconhecidos, por estimativa, como rendimentos do período de forma a balancear com os gastos que supostamente vão compensar.

De acordo com o contrato, assinado em 30/10/2017 e pelos seus aditamentos, o primeiro em 24/09/2018, o segundo em 01/03/2019 de modo a operacionalizar e implementar a criação do Programa de Apoio à Redução Tarifária na Região Autónoma da Madeira (PARTRAM), consagrado no artigo 62º do Decreto Legislativo Regional nº 26/2018/M, de 31 de dezembro que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2019, o terceiro que foi assinado a 30/12/2019 e que altera o Anexo V – Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, para que seja aditada a verba necessária para cobrir as indemnizações compensatórias entre janeiro de 2020 e julho de 2021 de modo a salvaguardar a continuidade e se evitem roturas na prestação do serviço público de âmbito intermunicipal e municipal às populações até à conclusão do procedimento concorrencial para a atribuição do Serviço Público na RAM, por forma a assegurar um período de tempo necessário à sua preparação, realização e conclusão estimado, até julho de 2021, o quarto e quinto assinados a 04/06/2020 e 10/03/2021 respetivamente e que altera o anexo V - Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, para que seja refletidos, os ajustamentos ao plano de pagamentos do ano de 2020 e de 2021, no âmbito das medidas excecionais relacionadas com o apoio à economia, em consequência do combate à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19 e, por fim, o sexto aditamento, assinado a 30/07/2021 e que altera o Anexo V – Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, para que seja aditada a verba necessária para cobrir as indemnizações compensatórias entre agosto de 2021 e julho de 2022 de modo a salvaguardar a continuidade e se evitem roturas na prestação do serviço público de âmbito intermunicipal e municipal às populações até à conclusão do procedimento concorrencial para a atribuição do Serviço Público na RAM, por forma a assegurar um período de tempo necessário à sua preparação, realização e conclusão estimado, até julho de 2022, há que referir o seguinte:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector. São os elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras, devidamente aprovadas, que vão contribuir para o seu apuramento;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o *plafond* máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

### Vidas úteis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte coletivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efetuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização, em 2017 foram revistas as vidas úteis, não encontrando diferenças relevantes que levasse a qualquer correção.

### 3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

O equilíbrio da atividade operacional e dos resultados dos períodos futuros da Empresa, encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrado no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

A 30 de dezembro de 2020, foi publicado no JORAM I Série, Nº 245, 4º suplemento, a resolução nº 1285/2020, que autoriza a realização da despesa inerente ao concurso público internacional para a “Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na RAM”, a 8 de fevereiro de 2021 o mesmo foi publicado no Diário da República, nº 26, parte L - Contratos Públicos, concurso que se aplica a todo o serviço de transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, na qual a Companhia dos Carros de São Gonçalo está inserida.

A Resolução n.º 688/2021, de 30 de julho, publicada no JORAM, I Série, n.º 136, Suplemento, autorizou a alteração e o 6.º aditamento ao “Contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na RAM”, celebrado em 30 de outubro de 2017, entre a Região Autónoma da Madeira e a empresa “Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.”, aprovado pela Resolução n.º 811/2017, de 30 de outubro, alterado por cinco aditamentos, o primeiro, autorizado pela Resolução n.º 578/2018, de 24 de setembro, o segundo, autorizado pela Resolução n.º 104/2019, de 1 de março, o terceiro, autorizado pela Resolução n.º 1061/2019, de 30 de dezembro, o quarto, autorizado pela Resolução n.º 368/2020, de 1 de junho, e o quinto, autorizado pela Resolução n.º 101/2021, de 12 de fevereiro.

Assim, não estando em questão a continuidade da empresa no próximo exercício, uma vez que se prevê a prorrogação da concessão até finais de 2022, atendendo que não concorreremos ao citado concurso e cuja previsão de entrega de propostas está previsto para março de 2022, existindo ainda um período de transição inicial de seis meses, a contar da data da obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas para que os novos operadores possam iniciar a exploração, é provável que no ano de 2023 sejam tomadas decisões que possam por em causa a continuidade das operações, mas que de momento não nos é possível determinar os moldes e as circunstâncias em que tal ocorrerá, sendo uma possibilidade, a incorporação na empresa-mãe, dos ativos e recursos humanos da CCSG, caso estes últimos o queiram, pois poderão optar por integrar a nova concessionária.

Relativamente à pandemia COVID-19, no próximo exercício prevemos a retoma progressiva de toda a atividade, com o levantamento das medidas ao longo do tempo, não se prevendo assim grandes impactos decorrentes da sua evolução futura. Consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

### 3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

## 4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2021 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à Ordem	438.015,65	103.715,58
Montepio Geral	2.717,29	2.906,89
BIC	8.096,01	773,04
Caixa Geral de Depósitos	427.202,35	100.035,65
<b>Total</b>	<b>438.015,65</b>	<b>103.715,58</b>

Valores em euros.

## 5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não alterou qualquer política contabilística.

## 6 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Valor Bruto</b>	<b>11 154 091,45</b>	<b>11 154 091,45</b>
Terrenos e Recursos Naturais	425 153,95	425 153,95
Edifícios e Outras Construções	1 285 179,26	1 285 179,26
Equipamento Básico	9 385 985,20	9 385 985,20
Equipamento Administrativo	36 048,89	36 048,89
Ativos Fixos Tangíveis (em curso)	0,00	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	21 724,15	21 724,15
<b>Depreciação Acumulada e Imparidade</b>	<b>-9 414 736,61</b>	<b>-9 250 698,29</b>
Depreciação do Período	-164 038,32	-163 213,72
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	-9 250 698,29	-9 087 484,57
Perdas por Imparidade do Período	0,00	0,00
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	0,00	0,00
<b>Valor Líquido Contabilístico</b>	<b>1 739 354,84</b>	<b>1 903 393,16</b>

Valores em euros.



Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis, durante o ano 2021, são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Revalor.	Abates/Allen.	Saldo Final
<b>Valor Bruto</b>	<b>11 154 091,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11 154 091,45</b>
Terrenos e recursos naturais	425 153,95	0,00	0,00	0,00	425 153,95
Edifícios e outras construções	1 285 179,26	0,00	0,00	0,00	1 285 179,26
Equipamento básico	9 385 985,20	0,00	0,00	0,00	9 385 985,20
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	36 048,89	0,00	0,00	0,00	36 048,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	21 724,15	0,00	0,00	0,00	21 724,15
Ativos fixos tangíveis (em curso)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/ c/ de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Depreciação Ac. e Imparidade</b>	<b>-9 250 698,29</b>	<b>-164 038,32</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-9 414 736,61</b>
Terrenos e recursos naturais	-3,95	0,00	0,00	0,00	-3,95
Edifícios e outras construções	-48 440,34	-38 711,08	0,00	0,00	-87 151,42
Equipamento básico	-9 146 085,47	-123 722,92	0,00	0,00	-9 269 808,39
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	-34 444,38	-1 604,32	0,00	0,00	-36 048,70
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	-21 724,15	0,00	0,00	0,00	-21 724,15
<b>Total</b>	<b>1 903 393,16</b>				<b>1 739 354,84</b>

#### Nas adições:

No período em análise não existiram quaisquer adições, sendo no ano anterior de 101 mil euros referente à rubrica de equipamento básico.

#### Nas revalorizações/imparidades:

No exercício de 2019, foi efetuada a avaliação ao terreno e edifício e outras construções, mais precisamente à estação da Camacha, onde existiu uma revalorização no montante de 60 mil euros, sendo que não existiu qualquer alteração no exercício de 2021.

**Nos abates/alienações e outras alterações:**

Durante o exercício não existiram, sendo que em 2020, as rubricas de equipamento básico e equipamento administrativo, registaram 523 mil euros.

**Nas depreciações:**

As depreciações na rubrica “Edifícios e Outras Construções” referem-se à estação da Camacha.

As depreciações na rubrica “Equipamento Básico”, são referentes aos órgãos de substituição das viaturas, com base nos anos de vida útil atribuídos no momento da sua substituição.

As depreciações na rubrica “Equipamento administrativo”, são referentes a bens em fim de vida útil.

## 7 Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, é nulo, e refere-se à estimativa de imposto corrente apurado com base no lucro tributável e depois de efetuada as devidas correções fiscais e cálculo de tributações autónomas. No ano anterior foi de 5,00 euros.

A CCSG não reconheceu impostos diferidos ativos, de prejuízos fiscais, por não haver expectativa fundamentadas de obter lucros tributáveis futuros.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis são analisados como segue:

Data Limite de Reporte	31/12/2021	31/12/2020
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00
2024	66 049,91	66 049,91
2025	184 015,15	184 015,15
2026	454 221,50	454 221,50
2027	0,00	0,00
2028	527 599,85	527 599,85
2029	207 765,57	207 765,57
2030	0,00	0,00
2031	0,00	0,00
2032	822 313,36	822 313,36
2033	1 447 918,77	0,00
<b>Total</b>	<b>3 709 884,11</b>	<b>2 261 965,34</b>

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos ativos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Base	Imposto	Base	Imposto %
Prejuízos fiscais 2014	527 599,85	110 795,97	527 599,85	110 795,97
Prejuízos fiscais 2015	207 765,57	43 630,77	207 765,57	43 630,77
Prejuízos fiscais 2017	66 049,91	14 200,73	66 049,91	14 200,73
Prejuízos fiscais 2018	184 015,15	37 723,11	184 015,15	37 723,11
Prejuízos fiscais 2019	454 221,50	93 115,41	454 221,50	93 115,41
Prejuízos fiscais 2020	822 313,36	124 991,63	822 313,36	124 991,63
Prejuízos fiscais 2021	1 447 918,77	212 844,06	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3 709 884,11</b>	<b>637 301,68</b>	<b>2 261 965,34</b>	<b>424 457,62</b>

Para além dos prejuízos fiscais, que geram impostos diferidos e à semelhança do verificado em exercícios anteriores, não existem outras diferenças temporárias relevantes a serem divulgadas.

## 8 Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Valor Bruto:</b>	<b>2 601,70</b>	<b>25 614,36</b>
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 601,70	25 614,36
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00
<b>Depreciação Acumulada e Imparidade</b>	<b>-412,69</b>	<b>-412,69</b>
Perdas por Imparidade do Período	0,00	0,17
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	-412,69	-412,86
<b>Valor Líquido Contabilístico</b>	<b>2 189,01</b>	<b>25 201,67</b>

A variação ocorrida nesta rubrica refere-se à aquisição de máscaras cirúrgicas, que são entregues mensalmente aos colaboradores da empresa.

## 9 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Valor Bruto</b>	<b>554 050,42</b>	<b>250 911,44</b>
Clientes c/c Gerais	554 050,42	250 911,44
<b>Depreciação Acumulada e Imparidade</b>	<b>-32 039,51</b>	<b>-33 689,01</b>
Perdas por Imparidade do Período	0,00	-3 907,48
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	-32 039,51	-29 781,53
<b>Valor Líquido Contabilístico</b>	<b>522 010,91</b>	<b>217 222,43</b>

Valores em euros.

O valor apresentado em clientes gerais, refere-se, essencialmente, à dívida da empresa mãe Horários do Funchal, S.A., 434 mil euros no presente exercício, no exercício anterior era de 171 mil euros. As restantes dívidas mais representativas são de associações, agências de viagens e escolas.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Desreconhecimento	Saldo Final
<b>Perdas por Imparidade</b>	<b>33 689,01</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 649,50</b>	<b>0,00</b>	<b>32 039,51</b>
Serviço de Alugueres	33 682,38	0,00	-1 649,50	0,00	32 032,88
Serviço Interurbano	6,63	0,00	0,00	0,00	6,63
<b>Total</b>	<b>33 689,01</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 649,50</b>	<b>0,00</b>	<b>32 039,51</b>

Valores em euros.

As perdas de imparidade registadas, respeita ao ajustamento de clientes, por terem sido considerados de cobrança duvidosa e com elevado risco de incobrabilidade. As reversões resultam da liquidação da dívida por parte de clientes. No exercício em análise foram liquidadas dívidas no valor de 1,6 mil euros.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 180 dias	180 a 360 dias	mais de 360 dias
Clientes Gerais	260 696,46	268 608,38	24 745,58
<b>Total</b>	<b>260 696,46</b>	<b>268 608,38</b>	<b>24 745,58</b>

Valores em euros.

A antiguidade de saldos mais expressivos é relativa a clientes do serviço do sector de turismo.

## 10 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>	<b>241 329,39</b>	<b>480 876,33</b>
Imposto sobre o rendimento	15 800,27	23 098,90
IVA a recuperar	225 529,12	457 777,43
IVA reembolsos pedidos	0,00	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
<b>Passivo</b>	<b>39 932,14</b>	<b>40 630,28</b>
Imposto sobre o rendimento	0,00	5,00
Retenções de imposto sobre o rendimento	8 846,43	9 695,62
Outros impostos	363,07	363,07
Contribuições para a Segurança Social	30 722,64	30 566,59
Outras tributações	0,00	0,00

Valores em euros.

O imposto sobre o rendimento, diz respeito a pagamentos especiais por conta de IRC, de exercícios anteriores, conforme quadro abaixo.

A CCSG realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta (PEC), desde 2015, os quais ascendem a 31 de dezembro de 2021 a 15,8 mil euros.

Face ao descrito no quadro abaixo apresentamos uma síntese dos PEC e datas limites para dedução à coleta:

PEC	Data Limite de Dedução	31/12/2021	31/12/2020
2014	2020	0,00	0,00
2015	2021	0,00	7 298,63
2016	2022	7 554,68	7 554,68
2017	2023	6 275,77	6 275,77
2018	2024	1 969,82	1 969,82
<b>Total</b>		<b>15 800,27</b>	<b>23 098,90</b>

Valores em euros.

Os valores acima referidos, estão apresentados nas demonstrações financeiras, no ativo não corrente.

## 11 Outros créditos a receber

A rubrica de Outros Créditos a Receber é analisada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Valor Bruto</b>	<b>21 159,78</b>	<b>461 276,49</b>
Adiantamentos ao Pessoal	5 300,00	6 000,00
Outros Devedores	15 859,78	450 743,78
Devedores por Acréscimo de Rendimentos	0,00	4 532,71
<b>Imparidade Acumulada</b>	<b>-122,00</b>	<b>-122,00</b>
Imparidade do Período	0,00	0,00
Imparidade de Período Anteriores	-122,00	-122,00
<b>Valor Líquido Contabilístico</b>	<b>21 037,78</b>	<b>461 154,49</b>

Valores em euros.

As principais variações dos saldos apresentados são:

- Na rubrica, outros devedores, a grande variação, face ao ano anterior, deve-se, essencialmente, ao valor recebido do processo de cooperação financeira para o financiamento do défice de exploração resultante do aumento da despesa e perda de receita, decorrentes dos efeitos da pandemia COVID-19.

## 12 Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo - Gastos a Reconhecer</b>	<b>56 410,69</b>	<b>52 525,76</b>
Seguros	54 524,14	51 986,36
Outros	1 886,55	539,40
<b>Passivo - Rendimentos a Reconhecer</b>	<b>31 236,49</b>	<b>27 242,40</b>
Passes	30 998,39	27 242,40
Alugueres	238,10	0,00

Valores em euros.

Nos gastos a reconhecer, o valor de 54,5 mil euros corresponde aos vários seguros, onde destacamos o seguro de responsabilidade civil de passageiros, no montante de 18 mil euros e o seguro de acidentes de trabalho, no montante de 25 mil euros.

Nos rendimentos a reconhecer, Passes, refere-se aos títulos de transporte vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de dezembro e válidos para janeiro do ano de 2022.

### **13 Capital subscrito**

O capital social de 5.000.000,00 euros, representado por 1.000.000 ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de dezembro de 2021.

### **14 Outros instrumentos de Capital**

O Capital Próprio no ano de 2015 encontrava-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação não permitida pelo art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais. Para ultrapassar a situação, em Assembleia Geral de 30/12/2015, a acionista, HF, aprovou a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016.

Em 2020 e 2021, o capital próprio encontra-se novamente abaixo dos 50% do Capital Social, não cumprindo o art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais, uma vez que o Conselho de Administração optou por não realizar as prestações suplementares que estavam previstas, devido à decisão de não concorrer ao futuro concurso para a exploração do Serviço Público de transporte de passageiros da Região Autónoma da Madeira.

O Conselho de Administração irá proceder à apreciação da forma mais adequada para dar cumprimento ao previsto na referida disposição legal.

Em 31 de dezembro de 2021 totalizava o montante de 2.700.000,00 euros.

### **15 Reservas legais**

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 era no montante de 59.358,27 euros.

## 16 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 826.803,55 euros, apresentando um valor acumulado de 6.350.283,86 euros negativos.

## 17 Excedentes de revalorização

A rubrica de excedentes de revalorização é analisada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Reavaliações Decorrentes de Diplomas Legais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Antes de Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00
Impostos Diferidos	0,00	0,00
<b>Outros Excedentes</b>	<b>60 748,28</b>	<b>60 748,28</b>
Antes de Imposto sobre o Rendimento	60 748,28	60 748,28
Impostos Diferidos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>60 748,28</b>	<b>60 748,28</b>

O montante desta rubrica, advém da realização das revalorizações efetuadas no final do exercício de 2019, no terreno e edifício, em função das depreciações registadas. Atendendo às projeções da Empresa que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros, não existiu reconhecimento de impostos diferidos, nem qualquer variação no exercício de 2021.



## 18 Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Não Corrente</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Fornecedores de Investimento	0,00	0,00
Credores por Acréscimo de Gastos	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Credores por Subscrições não Liberadas	0,00	0,00
Outros Credores	0,00	0,00
Pessoal	0,00	0,00
<b>Corrente</b>	<b>350 303,98</b>	<b>366 722,72</b>
Fornecedores de investimentos	89 474,75	105 881,02
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e Subsídio de Férias	238 127,01	234 822,02
Outros credores por acréscimos de gastos	5 198,44	6 463,57
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Credores por subscrições não liberadas	0,00	0,00
Outros credores	16 357,16	18 468,45
Pessoal	1 146,62	1 087,66
<b>Total</b>	<b>350 303,98</b>	<b>366 722,72</b>

Valores em euros.

Na rubrica, Fornecedores de Investimento, os valores em aberto, referem-se, à aquisição dos serviços de reparação e substituição de órgãos em viaturas, contabilizados em investimentos, fornecidos pela empresa mãe – HF.

Na rubrica, credores por acréscimos de gastos, incluem-se os montantes da previsão de férias e subsídio de férias, assim como outros gastos correntes que serão recebidos em 2022, mas o seu gasto refere-se a 2021.

Na rubrica, outros credores, do montante de 16 mil euros, os valores de 9,5 mil euros são referentes a serviços fornecidos pela empresa mãe HF, o valor restante diz respeito a outros credores da empresa.

## 19 Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores c/c		
Gerais	14 768,35	5 130,01
Empresa-mãe	2 693 282,85	1 333 966,91
Faturas em Receção e Conferência	0,00	1 604,74
Adiantamentos	-82,19	-66,73
<b>Total</b>	<b>2 707 969,01</b>	<b>1 340 634,93</b>

Valores em euros.

Na rubrica Fornecedores, mais especificamente empresa mãe, o valor refere-se ao fornecimento de gasóleo e serviços de manutenção/reparação de viaturas, sendo que o mesmo é liquidado de acordo com as suas disponibilidades financeiras.

## 20 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Serviços Prestados		
Bilhetes	666 109,57	574 537,17
Vinhetas e Passes	664 633,73	537 452,15
Alugueres e Outros	197 591,23	130 340,67
<b>Total</b>	<b>1 528 334,53</b>	<b>1 242 329,99</b>

Valores em euros.

As principais variações dos saldos apresentados em serviços prestados são as seguintes:

- No serviço interurbano, há uma variação positiva de aproximadamente 218,5 mil euros, justificado pelo aumento nos bilhetes vendidos a bordo no montante de 91,5 mil euros e nos títulos passes de 127 mil euros. Este aumento reflete a retoma progressiva das operações de serviço público, face às restrições impostas a nível regional decorrentes da pandemia durante o ano de 2020;
- No serviço de aluguer/turismo, o aumento de 67 mil euros, é resultado, do retomar das operações de turismo face à melhoria da pandemia.

## 21 Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Subsídios à Exploração/Indemnizações Compensatórias	1 523 763,36	1 243 925,62
Subsídios à Exploração/SUB23	6 120,00	4 529,52
Subsídios à Exploração/outros	0,00	447 535,19
<b>Total</b>	<b>1 529 883,36</b>	<b>1 695 990,33</b>

Valores em euros.

Nos subsídios à exploração/ Indemnização Compensatória, a variação negativa de 166 mil euros comparativamente com o ano anterior, é justificada pelo processo de cooperação financeira para o financiamento do défice de exploração resultante do aumento da despesa e perda de receita, decorrentes dos efeitos da pandemia COVID-19 em 2020, não obstante, do aumento das indemnizações compensatórias em 2021 conforme o sexto aditamento ao contrato de Concessão.

De realçar, o aumento da compensação devido ao programa de redução tarifária na RAM conforme referido anteriormente. Em relação aos valores de 2021, 2020, 2019 e 2018 poderão ser alteradas, de acordo com o contrato de concessão assinado em 30/10/2017 e das adendas de 24/09/2018, 30/12/2019, 04/05/2020, 10/03/2021 e 30/07/2021 e que refletem os ajustamentos ao plano de pagamentos do ano de 2020 e 2021, no âmbito das medidas excecionais relacionadas com o apoio à economia, em consequência do combate à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19, assim como as prorrogações em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros e em resultado do apuramento final que devia ter ocorrido em agosto de 2019, 2020, 2021 e a ocorrer em agosto de 2022, respetivamente.

O contrato de concessão acima, tal qual nos anos anteriores, refere o seguinte:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras de cada ano, devidamente aprovadas;
- Que o apuramento de reconciliação, será efetuado pela Secretaria Regional da Economia da Madeira, outorgante deste protocolo, até 31 de agosto do ano seguinte;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o limite máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

Nos subsídios à exploração/Indemnização Compensatória-SUB23, com a continuação dos novos títulos de transporte, com descontos especiais, denominados, Passe SUB23@SUPERIOR.PT, destinados aos estudantes do ensino superior, até os 23 anos inclusive foram contabilizados 6,1 mil euros.

## 22 Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Subcontratos</b>	<b>169 530,94</b>	<b>115 829,59</b>
<b>Serviços Especializados</b>	<b>1 386 449,81</b>	<b>1 033 960,51</b>
Trabalhos Especializados	174 499,48	83 042,31
Publicidade e Propaganda	1 155,11	1 159,84
Vigilância e Segurança	5 450,88	5 450,88
Comissões	31 329,38	12 364,66
Conservação e Reparação	1 174 014,96	931 942,82
<b>Materiais</b>	<b>217,54</b>	<b>6 186,30</b>
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	0,00	0,00
Material de Escritório	150,00	6 108,00
Outros	67,54	78,30
<b>Energia e Fluidos</b>	<b>928 091,51</b>	<b>696 106,91</b>
Eletricidade	2 729,62	3 224,67
Combustíveis	922 650,19	690 284,53
Água	355,84	349,10
Outros Fluidos	2 355,86	2 248,61
<b>Deslocações, Estadas e Transportes</b>	<b>0,00</b>	<b>15,86</b>
Deslocações e Estadas	0,00	15,86
<b>Serviços Diversos</b>	<b>256 001,43</b>	<b>198 893,50</b>
Rendas e Alugueres	99 853,51	60 633,00
Comunicação	9 230,98	8 204,03
Seguros	88 664,04	86 782,28
Contencioso e Notariado	314,00	110,00
Despesas de Representação	0,00	25,00
Limpeza, Higiene e Conforto	47 603,03	35 700,74
Outros Serviços	10 335,87	7 438,45
<b>Total</b>	<b>2 740 291,23</b>	<b>2 050 992,67</b>

A rubrica, fornecimentos e serviços externos, apresenta um aumento de 689 mil euros face ao ano anterior, fruto da retoma da operação durante o ano e do novo contrato existente com a empresa mãe HF. Destacam-se as seguintes variações:

- Nos subcontratos, um aumento de 53,7 mil euros, devido ao aumento de serviços requisitados no exterior, nomeadamente à empresa mãe – HF, de forma a colmatar algumas baixas e saídas da empresa;
- Na rubrica, trabalhos especializados, um aumento de 91,5 mil euros, referente aos diversos serviços prestações pela empresa mãe HF, como por exemplo contabilidade, informática, recursos humanos, entre outros;
- Na rubrica, conservação e reparação de viaturas, um aumento de 242 mil euros, pois face à antiguidade e estado de conservação da frota, tornou-se essencial efetuar diversas reparações implicando assim um acréscimo dos custos;
- Na rubrica, combustíveis, e face ao retomar da operação, aliado ao aumento do preço unitária, registou-se um acréscimo de 232 mil euros;
- Na rubrica, rendas e alugueres, aumento de 39 mil euros face ao ano anterior e que reflete o aumento dos preços decorrente do novo contrato com a empresa mãe HF.

Nas restantes rubricas nada de relevo a destacar, embora exista um ligeiro aumento das rubricas de comissões e limpeza, higiene e conforto.

## 23 Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do Pessoal	1 271 615,93	1 244 764,83
Outros Benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre Remunerações	283 588,68	276 704,32
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	16 006,47	16 539,48
Gastos de Ação Social	919,85	1 043,99
Outros Gastos com o Pessoal	770,00	1 980,00
<b>Total</b>	<b>1 572 900,93</b>	<b>1 541 032,62</b>

Valores em euros.

Nas rubricas de gastos com o pessoal, houve um aumento de 32 mil euros, decorrente dos aumentos salariais e do aumento das horas extraordinárias decorrente da retoma da operação.

Distribuição do pessoal em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Órgãos Sociais	0	0
Diretores/Chefias Superiores	0	0
Chefias Intermédias	1	1
Profissionais Altamente Qualificados	1	1
Profissionais Semi-Qualificados	63	64
Contratados a Prazo	0	0
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>66</b>

Valores em euros.

## 24 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos Suplementares	7 149,36	8 409,65
Ganhos em Inventários	0,00	0,00
Outros	57,76	3 493,13
<b>Total</b>	<b>7 207,12</b>	<b>11 902,78</b>

Valores em euros.

Na rubrica, rendimentos suplementares, o valor refere-se, essencialmente, à recuperação de despesas diversas e de indemnizações de seguros.

Na rubrica, outros, pela correção relativa a anos anteriores.

## 25 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos	363,07	960,19
Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	0,00	19,52
Perdas em Inventários	0,00	373,60
Investimentos não financeiros	0,00	3 626,58
Outros	137 596,68	12 305,82
<b>Total</b>	<b>137 959,75</b>	<b>17 285,71</b>

Valores em euros.

A rubrica de impostos contempla o pagamento do imposto municipal de imóveis.

Na rubrica, outros, existência de correções de anos anteriores, justificado por regularizações face ao Imposto sobre o valor acrescentado e pagamento especial por conta caducado.

## 26 Gastos / Reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Gastos em Propriedades de Investimento	0,00	0,00
Gastos em Ativos Fixos Tangíveis	164 038,32	163 213,72
Reversões	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>164 038,32</b>	<b>163 213,72</b>

Valores em euros.

Pela análise do quadro acima não se verifica grandes oscilações de valores, referente às depreciações dos órgãos de substituição das viaturas, uma vez que durante o exercício não existiram novas adições.

## 27 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A 29 de março de 2016, foi apresentado um pedido de Revisão Oficiosa (artigo 78º da LGT), referente ao Imposto sobre o valor acrescentado considerado como liquidado em excesso, no período de dezembro 2012 a março 2014, no valor de 85.344,00 euros, seguindo-se uma breve descrição do processo.

- 1) Com efeito, em 10 de agosto de 2018 foi proferido, pela ATRAM, despacho de indeferimento ao procedimento de Revisão Oficiosa, do qual fomos notificados a 3 de setembro de 2018;
- 2) Através de requerimento, de 12 de outubro de 2018, a CCSG apresentou um pedido de “Recurso Hierárquico”, o qual foi rejeitado com fundamento na sua extemporaneidade (notificado em 28 de novembro de 2018);
- 3) Na sequência da rejeição do recurso, a CCSG moveu uma Ação Administrativa em 19 de fevereiro de 2019 (Processo nº 64/19.3BEFUN), contra a ATRAM;
- 4) A referida ação foi considerada procedente, em 21 de novembro de 2019, e em consequência foi anulado o ato tributário impugnado que indeferiu o Recurso Hierárquico;
- 5) Uma vez anulado o ato, ATRAM apreciou o Recurso Hierárquico, e notificou-nos a 08/01/2020 do projeto de decisão;
- 6) A 24/01/2020, exercemos o direito de audição prévia;
- 7) A 12/02/2020, fomos notificados do despacho de indeferimento do recurso hierárquico;
- 8) A 02/06/2020, deu entrada a impugnação judicial/petição inicial, pelo que aguardamos despacho do Tribunal.

Sobre esta matéria, foi ainda solicitado um pedido de informação vinculativa a 03/05/2019, onde argumentamos que a fórmula de cálculo para o apuramento das compensações financeiras, que tem por base uma soma algébrica de vários agregados (custos – proveitos + lucro razoável + incentivos) e não preços vs. Quantidades, razão pela qual entendemos que não é aplicável o imposto. Durante o exercício anterior recebemos a resposta da Autoridade Tributária, onde discorda do nosso entendimento.

## 28 Divulgações de partes relacionadas

A CCSG é detida a 100% pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos S.A.

Não foram atribuídas quaisquer remunerações ao pessoal - chave da gestão da CCSG.

Foi atribuído à empresa – mãe uma remuneração no montante de 50.016,86 euros a título de desempenho de cargos sociais dos seus órgãos de gestão na CCSG.

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Vendas e Serviços Prestados</b>	<b>4 974,50</b>	<b>4 091,47</b>
Empresa mãe	4 974,50	4 091,47
<b>Gastos</b>	<b>2 590 680,02</b>	<b>1 981 539,09</b>
Empresa mãe	2 590 680,02	1 981 539,09
<b>Total</b>	<b>2 585 705,52</b>	<b>1 977 447,62</b>

Valores em euros.



As transações mais significativas referem-se a fornecimentos e serviços externos, nomeadamente combustíveis e conservação e reparação de viaturas.

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos</b>	<b>443 299,43</b>	<b>172 286,83</b>
Empresa mãe	443 299,43	172 286,83
<b>Passivos</b>	<b>-2 793 110,11</b>	<b>-1 447 591,06</b>
Empresa mãe	-2 793 110,11	-1 447 591,06
<b>Total</b>	<b>-2 349 810,68</b>	<b>-1 275 304,23</b>

Valores em euros.

No ativo, refere-se à dívida da HF, relacionado com venda de títulos de transporte da CCSG.

No passivo, o valor é referente aos fornecimentos de bens e serviços efetuados pela HF, nomeadamente, gasóleo e serviços de manutenção de viaturas.

## 29 Honorários e outros serviços faturados

Sociedade de revisores oficiais de contas

A rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Honorários Totais Faturados, Revisão Legal Contas Anuais	4 950,00	4 950,00
Honorários Totais Faturados, Outros Serviços	1 600,00	1 600,00
<b>Total</b>	<b>6 550,00</b>	<b>6 550,00</b>

Os honorários contratualizados para a revisão legal de contas do presente exercício foi no montante de 4.950,00 euros.

## 30 Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos suscetíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da empresa. Contudo procedemos à seguinte divulgação:

O surto do Covid-19, foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País, onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020.

Depois das vagas ocorridas em 2020 e 2021, cujos impactos foram reconhecidos e divulgados, neste momento existe uma retoma progressiva de toda a atividade, com o levantamento de muitas restrições ao longo do tempo, o que indica uma diminuição do impacto da pandemia e da sua evolução futura, sendo que consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

Mais recentemente, em finais de fevereiro, deu-se início a um conflito entre a Rússia e a Ucrânia, sendo que a Europa enfrenta o maior risco de guerra dos últimos 30 anos e que poderá ter muitas repercussões. Nesta fase os indícios do aumento do petróleo e respetivos combustíveis é real e poderá criar uma situação muito grave em termos financeiros para as empresas.

Não sendo possível, prever os efeitos que possam advir da evolução deste conflito, consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

## Anexo ao relatório do conselho de administração

### Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

a que se refere o n.º 6 do Art.º 447º do (C.S.C.) Código das Sociedades Comerciais

ÓRGÃOS SOCIAIS Art.º 447º, n.º 1 do C.S.C.	N.º DE AÇÕES 31/12/2021	N.º DE AÇÕES 31/12/2020
---	----------------------------	----------------------------

#### Exercício de 2020

##### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

António José Jardim Faria

António Manuel Pita Rentróia

Gabriel de Lima Farinha

##### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Susana Maria Florença Pinto Correia

Duarte Leovigildo de Faria Sousa

##### FISCAL ÚNICO

BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

#### Exercício de 2021

##### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

António José Jardim Faria

António Manuel Pita Rentróia

Gabriel de Lima Farinha

##### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Susana Maria Florença Pinto Correia

Duarte Leovigildo de Faria Sousa

##### FISCAL ÚNICO

BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

ACIONISTAS	N.º DE AÇÕES	N.º DE AÇÕES
Art.º 447º, n.º 2, alínea d) do C.S.C.	31/12/2021	31/12/2020
Horários do Funchal - Transportes Públicos S.A.	1 000 000	1 000 000

Informação a que se refere o n.º 4 do Art.º 448º do C.S.C.

Os acionistas abaixo indicados detinham em 31 de dezembro de 2021 as seguintes posições:

ACIONISTAS	N.º DE AÇÕES	%
Horários do Funchal - Transportes Públicos S.A.	1 000 000	100%

O Conselho de Administração

Presidente: Dr.º Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Vogal: Eng.ª Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal: Eng.º Duarte Leovigildo Faria Sousa

O Contabilista Certificado

Dr.º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro



**COMPANHIA DOS CARROS**  
DE SÃO GONÇALO, S.A.

